



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

APRESENTAÇÃO

Disponibilizo o relatório dos trabalhos realizados durante a minha gestão, de 06 de fevereiro de 2013 até 03 de fevereiro de 2014, apresentado na sessão de 03.02.2014, em obediência ao contido no art. 22, XL, do Regimento Interno deste Tribunal (Resolução TRESA n. 7.847, de 12.12.2011).

Esclareço que maior detalhamento consta de um outro relatório, elaborado pela Direção-Geral, o qual é composto pela exposição circunstanciada das atividades desenvolvidas pelas unidades de assistência direta e imediata da Direção-Geral e pelas Secretarias Judiciária, de Administração e Orçamento, de Gestão de Pessoas e de Tecnologia da Informação, disponível em http://www.tre-sc.gov.br/site/fileadmin/arquivos/institucional/relatorios_de_atividades/relatorio_atividades_dg_2013.pdf.

Ainda que 2013 não tenha sido ano eleitoral, as atividades jurisdicionais desta Corte foram intensas, principalmente em razão do significativo aumento dos processos judiciais relativos às “Eleições 2012”, que ganharam incremento a partir da vigência da denominada “Lei da Ficha Limpa”. A propósito, relembro que o julgamento de processos remanescentes das eleições de 2012 foi prioritário, principalmente os que envolviam cassação de Prefeitos e Vice-Prefeitos e que poderiam ensejar novas eleições, como demonstram, aliás, os dados estatísticos que integram o relatório da Direção-Geral.

Na esfera administrativa, conseguimos deflagrar e/ou concretizar inúmeras políticas, projetos e ações aos quais me reportei no discurso de minha posse na Presidência.

Destaco, dentre outros:

01. Renovação de eleições para os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito nos Municípios de Balneário Rincão, Campo Erê, Criciúma, Tangará (03.03.2013) e Ponte Serrada (04.08.2013), em razão de a nulidade da votação nas Eleições de 2012 ter atingido mais de 50% dos votos válidos, e, bem assim, o Tribunal Superior Eleitoral ter mantido o indeferimento dos registros dos candidatos eleitos por decisão colegiada.

Em Balneário Rincão e Criciúma, ressalto, foi utilizado o projeto piloto denominado “Apuração Ágil”, o qual se mostrou exitoso, conferindo ainda mais agilidade ao processo de totalização das eleições. Em ambos Municípios foi empregada tecnologia de computação móvel de ponta para agilizar o processo de apuração das eleições.

02. Instituição do Conselho de Gestão Estratégica e de Integração da Justiça Eleitoral de Santa Catarina (CGEI), órgão destinado a promover novo impulso à administração deste Regional, com vistas a consolidar uma gestão democrática, descentralizada e participativa, ampliando a integração e a cooperação entre as unidades orgânicas do Tribunal e as zonas eleitorais, a qual conta com a colaboração dos Juízes e



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

dos servidores, por meio de seus representantes, nas principais decisões tomadas nas áreas administrativa, orçamentária, financeira e técnica.

Foram realizadas 08 (oito) reuniões do CGEI, todas muitíssimo produtivas, nas quais foram discutidas e decididas diversas ações e projetos, sendo as principais deliberações do Conselho as seguintes: **(1)** definição de diretrizes para a realização do Concurso Público; **(2)** definição da ocupação do Edifício Anexo II; **(3)** aprovação da proposta de identificação biométrica nos serviços ordinários de alistamento eleitoral na Central de Atendimento ao Eleitor da Capital e as demais providências administrativas para expansão do recadastramento biométrico em Santa Catarina pela adoção do modelo misto (atendimento ordinário inicial e ulterior consolidação do cadastro de eleitores dos municípios por meio de revisão do eleitorado); **(4)** aprovação das metas e ações estratégicas para execução do Planejamento Estratégico da Justiça Eleitoral (PEJE); **(5)** aprovação da proposta de aquisição de sistema de Agenda Corporativa, com sincronização de compromissos, integração a *e-mail*, contatos, armazenamento centralizado, assinatura digital e extranet; **(6)** aprovação da oficialização do sistema de Processo Administrativo Eletrônico; **(7)** aprovação da proposta de padronização de documentos com a adoção de normas e modelos de ofícios, portarias e memorandos; **(8)** aprovação da proposta de ampliação da identificação biométrica na Grande Florianópolis, valendo-se do atendimento ordinário nos municípios que são sede de zona eleitoral, e de revisão do eleitorado em seus municípios-termo; **(9)** aprovação da proposta de política de sustentabilidade, que torna oficial o posicionamento da Justiça Eleitoral de Santa Catarina sobre considerar objetivos de sustentabilidade nas suas ações; **(10)** aprovação da proposta da Corregedoria Regional Eleitoral de plano para comunicação de sinistros nas zonas eleitorais; **(11)** aprovação da proposta da Comissão de Segurança da Informação de Política de Segurança da Informação, incluindo minutas de resolução, portaria e ordem de serviço; **(12)** aprovação da proposta referente ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI); **(13)** aprovação do conteúdo e definição da capa da Carta de Serviços do 2º Grau – Meta CNJ n. 8/2013; e **(14)** aprovação do Plano Anual de Capacitação e Desenvolvimento (PACD) 2014 e da implantação da Gestão por Competências, em cronograma que se estenderá até 2017.

Para se atingir os fins pretendidos pelo CGEI, foram criadas, ainda, duas Comissões: **(a)** Comissão Permanente de Gestão Operacional (CPGO), com competência para acompanhar e analisar o desenvolvimento das ações e projetos definidos pelo CGEI, apreciando e sugerindo medidas necessárias à sua implementação e resolução de eventuais pendências, cujas reuniões ordinárias ocorreram, invariavelmente, nos dias que antecederam às reuniões do CGEI; e **(b)** Comissão Permanente de Comunicação e Integração (CPCI), que tem como atividade principal realizar estudos e fazer proposições às unidades orgânicas do Tribunal, à Corregedoria Regional ou ao Conselho de Gestão, dos planos, programas e projetos de cartórios eleitorais, com vistas à melhoria da qualidade dos serviços eleitorais e das condições de trabalho, a qual se reuniu em 05 (cinco) oportunidades na dependências deste Tribunal.

03. Um dos projetos em que me empenhei em retomar foi “Projeto de Recadastramento Biométrico”, cujo aspecto mais impactante é a novidade que surge no dia da eleição – a confirmação da identidade do eleitor em conjunto com sua impressão



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

digital – impedindo que uma pessoa possa votar em lugar de outra, tal como veiculado na campanha nacional patrocinada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Assim, no dia 15 de abril de 2013, a Justiça Eleitoral catarinense retomou o projeto, inicialmente com o cadastramento biométrico dos eleitores de Major Gercino e Nova Trento.

No que se refere à expansão sistemática da identificação biométrica nos serviços ordinários de alistamento eleitoral em todo o Estado, realço que o cadastramento biométrico de eleitores já está acontecendo em 12 (doze) Municípios de Santa Catarina (Florianópolis, São José, Palhoça, Biguaçu, Antônio Carlos, Santo Amaro da Imperatriz, São João Batista, Major Gercino, Nova Trento, São Pedro de Alcântara, Anitápolis e Angelina) e, a partir de janeiro de 2014, também está sendo implantado em Águas Mornas, Rancho Queimado, São Bonifácio, Paulo Lopes e Governador Celso Ramos, todos localizados na Grande Florianópolis.

Com a retomada do processo, pretendeu-se gradativamente ampliá-lo para todos os municípios de Santa Catarina e, conforme previsões da Justiça Eleitoral, nos municípios nos quais, atualmente, ocorre a biometria e naqueles em que ela deve ocorrer em 2014, a identificação atingirá cerca de 80 mil eleitores. Já para as eleições de 2016, com a ampliação do serviço para as demais cidades do Estado, um grande contingente de eleitores catarinenses estará cadastrado.

Sendo assim, a expectativa do TSE é a de que, nas Eleições 2014, mais de 22 milhões de eleitores deverão estar identificados pelas digitais no Brasil e, até o final de 2018, prevê-se que a implantação da biometria deverá estar concluída em todos os Estados brasileiros.

04. Foi lançado, em março de 2013, o Sistema de Acompanhamento das Sessões Plenárias (SASP). O objetivo do sistema é facilitar a consulta por advogados, pela imprensa especializada na área e pelos demais interessados, dos processos em julgamento. O SASP pode ser acessado pela página do TRESA e reúne, em um só lugar, o calendário das sessões, a pauta, a composição do Pleno, o resultado dos julgamentos, os acórdãos e a ata (após a sua aprovação), otimizando o acesso às informações.

05. A Central de Atendimento ao Eleitor (CAE) e os quatro Cartórios Eleitorais da Capital começaram a atender os eleitores em nova sede a partir de 1º de abril de 2013. As novas instalações possuem área total de aproximadamente 800 m², com plataforma elevatória para receber os portadores de necessidades especiais e espaço exclusivo para atendê-los, sendo que a CAE ocupa o andar térreo com uma área de 200 m², proporcionando atendimento de melhor qualidade aos eleitores em um espaço amplo e moderno.

06. Foi deflagrada, ainda, no âmbito do TRESA, a implantação do Processo Administrativo Eletrônico - PAE, sistema responsável pelo processamento eletrônico dos procedimentos de natureza administrativa, com a padronização das rotinas de trabalho, que será um dos grandes ganhos com a sua implementação, assim como o aproveitamento de recursos e a economia de papel.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

O projeto, que conta com o patrocínio do TSE, é uma iniciativa do TRESC, desenvolvido juntamente com seis Tribunais Eleitorais para que a solução tecnológica possa ser implementada no âmbito da Justiça Eleitoral.

07. Foi aprovada, por esta Corte, a normativa que regulamenta a execução das metas que orientarão as ações do Planejamento Estratégico da Justiça Eleitoral (PEJE). Estabeleceu-se, como missão, garantir a legitimidade do processo eleitoral.

O PEJE conduzirá o alinhamento de todas as ações do TRESC em uma única direção, com o intuito de consolidar a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança.

08. No dia 24 de julho de 2013, no 5º andar do edifício anexo da sede do TRESC, foi entregue a sala para uso da Ordem dos Advogados do Brasil da (OAB), em solenidade que contou, além deste Presidente, com a presença do Presidente da OAB/SC, Tullo Cavallazzi Filho; do Vice-Presidente do TRESC, Desembargador Luiz César Medeiros; do Desembargador Fernando Carioni; dos Juízes do TRESC, Marcelo Ramos Peregrino Ferreira, Ivorí Luis da Silva Scheffer e Carlos Vicente da Rosa Góes; da Secretária-Geral Adjunta da OAB/SC, Sandra Krieger Gonçalves; do Presidente da Comissão de Direito Eleitoral, Alexandre Dorta Canella; do Diretor-Tesoureiro da OAB/SC, Luiz Mário Bratti; do Presidente da OAB/CRED, Rafael Horn, e do Presidente da Caixa de Assistência dos Advogados de Santa Catarina, Paulo Marcondes Brincas.

Ressaltei a relevância, naquele momento, que a cessão simboliza a integração dos advogados com a Justiça Eleitoral. Com a disponibilização do espaço, em atendimento a uma antiga reivindicação da classe, os advogados passaram a ter maior facilidade na prestação de seus relevantes serviços.

09. A partir dos estudos elaborados pela Comissão da Agenda Ambiental, foi aprovada, pela Corte, a Política de Sustentabilidade Ambiental do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, bem como seus objetivos, metas e ações estratégicas. Dentre as principais metas para o período 2012-2014 estão a implantação de ações relacionadas à redução de consumo (papel, água e energia), a destinação adequada dos resíduos gerados, de acordo com a Lei n. 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), e a sensibilização dos servidores para as questões ambientais.

10. Foi aprovada, outrossim, a regulamentação da Política de Segurança da Informação da Justiça Eleitoral de Santa Catarina, a qual prevê a aplicação dessa salvaguarda a todos os usuários (os que tenham acesso, de forma autorizada, a partir da rede da Justiça Eleitoral, às informações produzidas ou custodiadas pelo TRESC) dos recursos materiais e tecnológicos da Justiça Eleitoral catarinense, ainda que eventuais, e estipula serem todos corresponsáveis pela segurança da informação. A normativa estabelece, entre seus objetivos, que se assegure o uso da informação no interesse da Instituição, que se preserve a integridade, confidencialidade e disponibilidade dos ativos de informação, bem como que se previna e combata atos acidentais ou intencionais de destruição, modificação, apropriação ou divulgação indevida de informações.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

11. A Presidência, Direção-Geral e Assessores do TRESA, em novembro de 2013, realizaram uma série de reuniões com os gestores de 1º grau (Juizes Eleitorais, Chefes de Cartório e representantes de cada região na Comissão Permanente de Comunicação e Integração (CPCI), os quais ocorreram no dia 12, em Criciúma, 13, em Florianópolis, 22, em Joinville, 28, em Concórdia, e 29, em Chapecó.

As reuniões — que fizeram parte de um conjunto de medidas adotadas na atual gestão, com foco especial na valorização dos magistrados e servidores e na eficiência dos processos de trabalho — mostraram-se altamente produtivas, pois conferiram maior concretude à gestão democrática, descentralizada e participativa introduzida no TRESA, com o objetivo de alinhar ações e propiciar maior integração entre as unidades descentralizadas. Foi uma excelente oportunidade para discutir ações estratégicas e conhecer novas demandas e necessidades no atual contexto das zonas eleitorais.

12. Foi realizado, de outra parte, um "Levantamento Diagnóstico das Zonas Eleitorais", o qual foi delegado pelo CGEI à Direção-Geral, Corregedoria Regional Eleitoral e à CPCI, vinculada ao referido Conselho, a realização de pesquisa por meio de formulário via breve perante as zonas eleitorais de Santa Catarina, a fim de obter um diagnóstico quanto às necessidades de treinamento, disponibilidade de recursos humanos e dificuldades para a realização de atividades. Referido estudo contou com a participação de 80% das zonas eleitorais do Estado e o seu resultado foi apresentado nas reuniões com os gestores de 1º grau.

13. Foram aprovadas, ainda, novas regras atinentes ao controle da disciplina no TRESA, com o objetivo de aperfeiçoar a regulamentação do exercício do poder disciplinar no âmbito do Tribunal, bem assim implementar uma mudança de paradigma no controle de disciplina, focado, primeiramente, no uso de meios alternativos na solução dos incidentes disciplinares, o que vem ao encontro dos princípios da proporcionalidade, economicidade, razoabilidade e eficiência.

Com a novel normativa, evita-se a instauração de sindicâncias e processos administrativos disciplinares para a apuração de irregularidades relativamente insignificantes, sem conteúdo probatório mínimo, ou que possam ser resolvidas diretamente pela chefia com o uso do seu poder hierárquico, ou, ainda, por meio de instrumentos mais apropriados para o caso, tal como o termo de ajustamento de conduta. Estariam inseridos, por conseguinte, neste tema mais abrangente do "Controle da Disciplina", as fases da sindicância e do processo administrativo disciplinar, instrumentos importantes mas que não podem ser banalizados para a apuração de quaisquer condutas ou pequenos incidentes.

A adoção desse novo paradigma, além de atender aos princípios que regem a Administração Pública, propicia uma visão mais humanizada, voltada ao aperfeiçoamento do servidor e do serviço.

14. Está em andamento o Planejamento das "Eleições 2014", sob a coordenação do Grupo de Avaliação e Planejamento das Eleições (GAPE). Paralelamente ao



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

desenvolvimento do planejamento operacional, estão sendo elaborados Planos de Ação de Melhoria, cuja finalidade é identificar, planejar e executar ações de aperfeiçoamento na organização das eleições.

A participação das zonas eleitorais no planejamento das eleições agora é realizada em parceria com a Comissão Permanente de Comunicação e Integração (CPCI).

Para notificar instruções e orientações aos cartórios eleitorais, desde o início de outubro foi disponibilizado o Portal Eleições 2014, canal oficial de comunicação com o objetivo de facilitar o acesso às informações de atividades referentes às Eleições, reduzindo o número de *e-mails* trocados e centralizando o conteúdo informativo em um único meio.

O Planejamento, este ano, conta, pela primeira vez, com o Plano de Gerenciamento da Qualidade, que busca consolidar informações referentes a essa área do conhecimento de gerenciamento de projetos.

15. Este Tribunal realizou, sem nenhum incidente, no dia 19 de janeiro de 2014, concurso público para cinco cargos: Analista Judiciário – Área de Apoio Especializado – Arquivologia; Analista Judiciário – Área Judiciária; Analista Judiciário – Área de Apoio Especializado – Análise de Sistemas; Técnico Judiciário – Área Administrativa; e Técnico Judiciário – Área de Apoio Especializado – Programação de Sistemas, cujo edital foi publicado em 1^o de novembro de 2013.

16. Foram intentadas inúmeras gestões junto ao TSE, dentre as quais: **(a)** juntamente com outros Presidentes de Tribunais Eleitorais (RS, PR, SP e MS), proposta de realização de projeto-piloto nos Municípios de Florianópolis-SC e de Bento Gonçalves-RS, de modo a viabilizar, nas eleições vindouras, a identificação biométrica de eleitores em municípios ainda não submetidos à revisão do eleitorado, concomitantemente à identificação convencional; **(b)** projeto desenvolvido, nesta Corte, que propõe novo modelo para a alocação dos eleitores nos locais de votação, o qual consiste em organizar as seções eleitorais observada a ordem alfabética dos nomes dos eleitores, proposta que está em estudo naquela Corte; **(c)** proposição da participação deste Estado no processo de cadastramento biométrico, mediante atendimento ordinário (quando o eleitorado gradativamente comparece aos cartórios eleitorais para a inscrição, atualização, revisão ou transferência eleitoral), em todo o Estado de Santa Catarina, salientando que as específicas peculiaridades desta Unidade da Federação a tornam candidata ideal para adoção da metodologia sugerida em todo o território catarinense; **(d)** Projeto de Votação Mista e o Projeto da Corregedoria-Geral da Justiça Eleitoral de ampliação do prazo de aproveitamento dos dados biométricos coletados no atendimento ordinário; **(e)** força de trabalho, relativamente à carência de recursos humanos, ao anteprojeto de lei da Justiça Eleitoral, autuado no Conselho Nacional de Justiça sob o n. 0003409-91.2012.2.00.0000 — que trata da criação de cargos efetivos e funções comissionadas destinados aos cartórios eleitorais —, à substituição da chefia de cartório por requisitados, à regulamentação a respeito do instituto jurídico da redistribuição no âmbito da Justiça



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Eleitoral e ao crédito adicional para a realização de Concurso Público; e **(f)** das demandas relacionadas às Eleições 2014.

17. Foi firmado, em dezembro de 2013, contrato com vigência de 05 (cinco) anos, de novo galpão para o acondicionamento das urnas eletrônicas. A mudança iniciou no dia 08, finalizando em 20 de janeiro de 2014. O novo endereço, com área construída de 2.850 m² (dois mil, oitocentos e cinquenta metros quadrados) — sendo 602 m² (seiscentos e dois metros quadrados) de escritório, 02 (dois) vestiários, 01 (um) refeitório e 12 (doze) banheiros, bem como 50 (cinquenta) vagas de estacionamento — oferece melhores condições de armanejamento e de trabalho para os servidores e técnicos de urnas que lá exercem as suas atividades.

18. Em reunião ocorrida em 28 de janeiro do ano corrente, relativamente às obras a serem realizadas no imóvel ocupado pelos Cartórios Eleitorais de Criciúma, foram tomadas importantes deliberações: **(a)** o Auditório a ser construído terá capacidade para 70 (setenta) cadeiras, com divisórias articuladas, permitindo a divisão de espaços, quando necessário; **(b)** as 03 (três) vagas de estacionamento do TRESA serão cedidas ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT) para a construção do arquivo da 1ª Vara do Trabalho; **(c)** o TRT cederá ao TRESA as 04 (quatro) vagas existentes na frente do prédio e mais uma na lateral; **(d)** o TRT compromete-se a executar uma cobertura sobre estas vagas e o acesso ao estacionamento/prédio; e **(e)** o TRESA poderá utilizar a Sala de Atos em anos eleitorais, nos meses de setembro e outubro, para a realização de armazenamento e configuração das urnas e o TRT providenciará divisórias removíveis e sua instalação sempre que necessário.

19. Foi instituído, ainda recentemente, o Mural Eletrônico, como meio oficial de intimação dos atos judiciais durante o período eleitoral, o qual tem por finalidade oferecer aos advogados o acesso imediato às decisões proferidas pela Justiça Eleitoral. A partir da sua disponibilização na página da internet do TRESA, a ferramenta passará a ser, no período eleitoral, o meio oficial de intimação de todas as decisões que dispensam a publicação no *DJESB*. A substituição do mural físico por um instrumento de publicação eletrônica no *site*, além de simplificar bastante o procedimento, oferece mais agilidade e segurança aos processos.

20. No que se refere às Metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça para o exercício de 2013, ressalto que este Tribunal cumpriu plenamente aquelas relacionadas às atividades jurisdicionais (Meta 1 - julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2013, e Meta 2 - julgar, até dia 31.12.2013, pelo menos 90% dos processos distribuídos em 2010), bem como a Meta 8 (implantar e divulgar a "Carta de Serviços" do 2º Grau da Justiça Eleitoral), e a Meta 17 (desenvolver, nacionalmente, sistemas efetivos de licitação e contratos).

Merece relevo, ainda, a Meta 19 (realização de parcerias para aperfeiçoamento e alimentação do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de improbidade administrativa), na medida em que os estudos para firmar convênio entre os Tribunais e o Conselho Nacional de Justiça — que constitui o critério de cumprimento da meta — em



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

tramitação nos autos do Procedimento Administrativo TSE n. 11.083/2010), estão sendo acompanhados pela Direção-Geral desta Corte.

Realço, por fim, que o detalhamento dos tópicos acima delineados, bem como de outros eventos e ações não destacados, podem ser obtidos no corpo deste relatório.

Florianópolis, fevereiro de 2014.

Desembargador Eládio Torret Rocha
Presidente



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1 POLÍTICAS, PROJETOS E AÇÕES DA GESTÃO 2013/2014

1.1 NOVAS ELEIÇÕES E PILOTO VISANDO MAIOR CELERIDADE NA APURAÇÃO

Foram realizadas novas eleições para os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito dos Municípios de Balneário Rincão, Campo Erê, Criciúma, Tangará (03.03.2013) e Ponte Serrada (04.08.2013), em razão de a nulidade da votação nas Eleições de 2012 ter atingido mais de 50% dos votos válidos e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ter mantido o indeferimento dos registros dos candidatos eleitos por decisão colegiada, obedecendo às diretrizes e ao calendário eleitoral definidos na Resolução TRESA n. 7.879/2013, bem como as dispostas na Resolução TRESA n. 7.882/2013.

As eleições dos Municípios de Balneário Rincão, Campo Erê, Criciúma e Tangará foram realizadas no dia 03 de março de 2013, executando o projeto piloto denominado “Apuração Ágil” em Balneário Rincão e em Criciúma, o qual se mostrou exitoso, conferindo ainda mais agilidade ao processo de totalização dos pleitos.

Nos dois Municípios foi empregada tecnologia de computação móvel de ponta para agilizar o processo de apuração das eleições.

Em Criciúma foi utilizado um dispositivo móvel (celular), contendo um aplicativo desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informação para transmissão de dados, otimizando o caminho do Boletim de Urna (BU) até o processamento pela Justiça Eleitoral. Graças à inovação, a apuração da primeira parcial via celular foi concluída em apenas quatro minutos, sendo que às 17h16min foi encerrada a apuração das demais 16 (dezesesseis) urnas do Colégio São Bento, onde foi executado o projeto piloto.

Já em Balneário Rincão, foram utilizados Postos Intermediários de Transmissão (PIT) nos locais de votação que possuíam sinal de telefonia para agilizar a totalização dos votos. Cada PIT consistia em um *notebook*, configurado com *softwares* da Justiça Eleitoral, o qual fez uso de linha de comunicação de dados segura para a transmissão dos BUs.

Cinco dos seis locais de votação funcionaram como PITs. A única localidade que não dispunha de telefonia e linha de dados teve os boletins transportados fisicamente por veículo até o PIT mais próximo, o que possibilitou a totalização em apenas 24min, 1h29min a menos que na totalização das eleições realizadas no mês de outubro passado, no mesmo Município.

Esses dois experimentos absolutamente exitosos provam que a tecnologia desenvolvida dá certo e pode ser aproveitada nas outras eleições.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

A adoção nacional do projeto está em estudo no TSE, o qual exige, para avaliar a implantação definitiva, adequações no sistema.

1.2 CONSELHO DE GESTÃO ESTRATÉGICA E DE INTEGRAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL DE SANTA CATARINA (CGEI)

Por meio da Resolução TRESA n. 7.876, de 06 de março de 2013, foi instituído o Conselho de Gestão Estratégica e de Integração da Justiça Eleitoral de Santa Catarina (CGEI), órgão destinado a promover novo impulso à administração deste Regional, com vistas a consolidar uma gestão democrática, descentralizada e participativa, ampliando a integração e a cooperação entre as unidades orgânicas do Tribunal e as zonas eleitorais.

Contando com a colaboração dos Juízes e dos servidores deste Tribunal, a criação do referido Conselho tem por fim compartilhar as principais decisões tomadas nas áreas administrativa, orçamentária, financeira e técnica. Seus objetivos são basicamente, em relação a esta Justiça Especializada, o seu gerenciamento estratégico, a implementação de projetos para ampliar a sua modernização e bem assim, através de Comissão especialmente criada para essa finalidade, fomentar maior e mais efetiva integração das zonas eleitorais com a Administração Central, criando entre elas um canal direto de comunicação.

O CGEI é composto pelos seguintes membros: Presidente do Tribunal, que o preside; Corregedor Regional Eleitoral; um Juiz Eleitoral de uma das zonas eleitorais da Região Metropolitana de Florianópolis e um Juiz Eleitoral de uma das zonas eleitorais do interior, eleitos pelos seus pares; Diretor-Geral; Secretário Judiciário; Secretário de Administração e Orçamento; Secretário de Gestão de Pessoas; Secretário de Tecnologia da Informação; Assessor-Chefe da Corregedoria Regional Eleitoral; e servidor indicado pelo Presidente do Tribunal.

Foram realizadas 08 (oito) reuniões, nas quais foram discutidas diversas questões, sendo as principais deliberações do Conselho as seguintes:

- Diretrizes para realização de Concurso Público – apresentadas pela Secretaria de Gestão de Pessoas e aprovadas na seguinte forma: (1) validade de 2 (dois) anos, prorrogável por igual período; (2) realização das provas até novembro, na ausência de impedimentos; (3) impossibilidade de inscrição concomitante de um mesmo candidato para os cargos de analista e de técnico; e (4) realização de provas na Grande Florianópolis, Lages, Tubarão, Joinville e Chapecó. Na reunião subsequente foi aprovada a inclusão de cargos da área de Tecnologia da Informação (TI) para cadastro de reserva.

- Ocupação do edifício Anexo II – a proposta da Secretaria de Administração e Orçamento para transferência da Seção de Saúde, com ampliação do número de consultórios médicos e odontológicos, criação de consultório psicológico, de sala de reuniões, de posto de enfermagem, de sala de prontuários, bem como a transferência, com ganho de espaço e estrutura, da Escola Judiciária Eleitoral (EJESC) e da Ouvidoria, foi aprovada de forma consensual. A partir da mudança das unidades e áreas mencionadas, a proposta também prevê a ampliação da Sala de Sessões, do Cartório da Coordenadoria de Registro e Informações Processuais (CRIP), a criação da Sala de



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Advogados, da Sala de Audiências, e o deslocamento da Coordenadoria de Sessões para a área anexa à Sala de Sessões.

- Aprovação da proposta de identificação biométrica nos serviços ordinários de alistamento eleitoral na Central de Atendimento ao Eleitor da Capital e as demais providências administrativas para expansão do recadastramento biométrico em Santa Catarina pela adoção do modelo misto (atendimento ordinário inicial e ulterior consolidação do cadastro de eleitores dos municípios por meio de revisão do eleitorado).
- Aprovação das metas e ações estratégicas para execução do Planejamento Estratégico da Justiça Eleitoral (PEJE).
- Aprovação da proposta de aquisição de sistema de Agenda Corporativa, com sincronização de compromissos, integração a *e-mail*, contatos, armazenamento centralizado, assinatura digital e extranet.
- Aprovação da oficialização do sistema de Processo Administrativo Eletrônico, com menção elogiosa às equipes da STI responsáveis pela sua coordenação e desenvolvimento, bem como registro de tratar-se de momento histórico para a Justiça Eleitoral, não apenas pela aplicação do sistema, mas por tratar-se de projeto desenvolvido com a participação de múltiplos TREs, sob a coordenação do TRESA autorizado pelo TSE.
- Aprovação da proposta de padronização de documentos com a adoção de normas e modelos de ofícios, portarias e memorandos.
- Aprovação da proposta de ampliação da identificação biométrica na Grande Florianópolis, valendo-se do atendimento ordinário nos municípios que são sede de zona eleitoral, e de revisão do eleitorado em seus municípios-termo.
- Aprovação do plano de ação para a Semana Nacional de Alistamento Eleitoral, antecipando a movimentação de eleitores jovens por meio de programação conjunta com colégios e outras instituições.
- Aprovação da proposta de política de sustentabilidade, que torna oficial o posicionamento da Justiça Eleitoral de Santa Catarina sobre considerar objetivos de sustentabilidade nas suas ações.
- Aprovação da proposta da Corregedoria Regional Eleitoral de plano para comunicação de sinistros nas zonas eleitorais, com indicação de que cada unidade deverá complementá-lo no âmbito de suas competências.
- Aprovação da proposta da Comissão de Segurança da Informação de Política de Segurança da Informação, incluindo minutas de resolução, portaria e ordem de serviço, registrando-se elogios à Comissão responsável, pela qualidade da iniciativa de atenção ao patrimônio imaterial da Instituição.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- Aprovação da proposta relativa ao Plano de Segurança apresentada pela SAO e integrante do PA n. 82.224/2013, com a determinação de que a atribuição de Comissão de Segurança seja absorvida pelo próprio CGEI, e que a SAO apresente uma proposta de Plano de Segurança para deliberação futura, acompanhada de levantamento de custos envolvidos.
- Aprovação da proposta que consta nos autos do PA n. 204.576/2012 referente ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI).
- Aprovação do conteúdo e definida a capa da Carta de Serviços do 2º Grau – Meta CNJ 8/2013.
- Aprovação da supressão do item 2 do art. 3º da minuta de resolução do controle da disciplina apresentada, bem como de todo o seu Título III, e a manutenção do restante do texto.
- Aprovação do Plano Anual de Capacitação e Desenvolvimento (PACD) 2014 e da implantação da Gestão por Competências, em cronograma que se estende até 2017. A definição de treinamentos em Tecnologia da Informação previamente aprovada como parte do Plano Diretor de Tecnologia da Informação foi mantida.

Para atingir os fins pretendidos, foram criadas, ainda, duas Comissões:

1. Comissão Permanente de Gestão Operacional (CPGO) — composta pelo Assessor de Planejamento Estratégico e Gestão que a preside; por um representante de cada Secretaria (Judiciária, de Administração e Orçamento, de Gestão de Pessoas e de Tecnologia da Informação); um representante da Corregedoria Regional Eleitoral; e um representante da Assessoria de Imprensa e Comunicação Social —, com competência para acompanhar e analisar o desenvolvimento das ações e projetos definidos pelo Conselho de Gestão Estratégica e de Integração, apreciando e sugerindo medidas necessárias à sua implementação e resolução de eventuais pendências.

As reuniões ordinárias da CPGO foram realizadas nos dias que antecederam às reuniões do CGEI, sendo que, após os três primeiros encontros, os quais ocorreram no gabinete da Direção-Geral, as deliberações se deram por mensagens eletrônicas. Consoante extratos das atas disponibilizados na intranet, deliberou-se sobre os seguintes temas:

- Atualizações em atividades: (a) o representante da CRE atualizou o *status* da revisão do eleitorado – 53ª ZE/São João Batista; (b) o representante da STI informou que a implantação do atendimento em cartório eleitoral com agendamento prévio, no momento está dependendo do recebimento do sistema de agendamento do TRE-RN. O planejamento das Eleições 2014 está na fase de planejamento operacional e a agenda corporativa está na etapa de levantamento de preços para realização do pregão.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- Acompanhamento da ação referente ao Anexo II do prédio do TRESA: foi proposta e aceita pela SAO a intenção de passar a acompanhar como projeto (com atividades e entregas distintas) a ação de reforma e ocupação do antigo prédio-sede das zonas eleitorais da Capital, destacando o possível envolvimento de outras áreas e a possibilidade de vir a usar método semelhante em ações mantidas por outras unidades.

- Planejamento Estratégico: ficou definido o prazo de 2 (duas) semanas para que os componentes do CPGO informassem, por *e-mail*: (a) os detalhes essenciais sobre a execução das ações estratégicas constantes do planejamento; (b) as metas – verificando, inclusive, se há condição de medir retroativamente, sobre o 1º e 2º trimestres deste ano e se é possível medir em outubro os dados do 3º trimestre; (c) como os Secretários e Coordenadores encaminharão a comunicação sobre o planejamento no âmbito de suas unidades.

- Exposições de ações acrescentadas pelo CGEI para acompanhamento pela CPGO.

- Deliberou-se sobre o impacto da biometria nas atividades da Justiça Eleitoral, pois a possível realização de Revisão do Eleitorado nos Municípios da Grande Florianópolis que não são sede de zona eleitoral poderia provocar a redução do grau de prioridade dos projetos e modificar ou criar ações críticas a serem acompanhadas pela CPGO.

2. Comissão Permanente de Comunicação e Integração (CPCI) — integrada por cinco representantes das zonas eleitorais, eleitos pelos próprios servidores de acordo com a respectiva região geográfica —, que tem como atividade principal realizar estudos e fazer proposições às unidades orgânicas do Tribunal, à Corregedoria Regional ou ao Conselho de Gestão, dos planos, programas e projetos de cartórios eleitorais, com vistas à melhoria da qualidade dos serviços eleitorais e das condições de trabalho.

A CPCI reuniu-se em cinco oportunidades nas dependências deste Tribunal, ocasiões em que foram discutidos os seguintes principais assuntos:

- Questão da gestão mobiliária e imobiliária das zonas eleitorais.
- Confecção de agenda e de calendário para o ano de 2014, conforme modelo a ser definido pelos servidores.
- Necessidade de diagnóstico das zonas eleitorais para saber quantos servidores fazem minutas de sentença e se essa atribuição é por obrigação ou vontade própria, a fim de ser estabelecida uma regra única para todas as zonas eleitorais. Ficou acertado que em todas as trocas de Juizes e Promotores serão expedidas orientações sobre a incumbência do cartório e suas atribuições.
- Proposta de simplificação do processamento dos procedimentos de duplas filiações com a necessidade de autuação somente nos casos em que ocorrer



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

manifestação do filiado ou do partido envolvido em duplicidade. Nos demais casos, o sistema faria o cancelamento automático. Será feito um estudo pela CRESC sobre a viabilidade dessa proposta.

- Simplificação dos procedimentos de direitos políticos como forma de facilitar os serviços e reduzir os custos com materiais. Pela CRESC foi dito que estão realizando estudos para essa simplificação, bem como a Comissão ficou responsável por buscar ideias e apresentar proposta. A Comissão também fará um levantamento com as zonas eleitorais para saber as dificuldades e os problemas apresentados pelo Sistema INTEGRÁ, com o objetivo de levar essas questões ao Tribunal de Justiça catarinense, evitando informações duplas e inúteis. Sobre isso, a CRESC vai criar alguns filtros no sistema para que as zonas eleitorais somente recebam informações úteis.

- Necessidade de atenção à situação dos cartórios eleitorais de Laguna, Joaçaba, Capinzal, Timbó e Ituporanga.

- Problemas enfrentados pelas zonas eleitorais com relação ao descarte e a apresentação de duas sugestões: aquisição de fragmentadores maiores e recolhimento do material pelo TRESA.

- Situação do plano odontológico, ressarcimento de psicoterapia, licenças para consultas médicas durante o expediente, convênios para pós-graduação, mestrado e doutorado e bolsas de custeio, licença-capacitação, férias no período eleitoral, ponto biométrico, EAD pela internet e adoção da agenda corporativa.

- Projeto do novo Plano Anual de Capacitação e Desenvolvimento (PACD).

- Necessidade de mudança de postura do Tribunal no tocante aos partidos políticos, principalmente no que se refere à comunicação para informações de conhecimento geral, como, v.g., publicação de provimento, prazos para submissão de listas de filiados, realização de descarte. A Comissão solicitou, então, a atualização do Portal dos Partidos Políticos, com informações mais claras e de fácil acesso aos usuários externos, assim como a adoção de campo obrigatório de correio eletrônico no cadastramento dos diretórios e comissões provisórias de partidos, para que tais comunicações pudessem ser realizadas eletronicamente.

- Adequação do Sistema Elo para a atualização dos campos “estado civil” e “profissão”, assim como a ampliação do critério de consulta dos eleitores.

- Desenvolvimento de um Plano Anual de Manutenção Preventiva dos cartórios eleitorais, com o levantamento das necessidades de cada cartório e a execução planejada dos serviços, incluindo redes elétrica, hidráulica e telefônica, pintura, pequenos reparos e conservação em geral.

- Honorários do advogado dativo e indenização para utilização de veículo próprio em serviço.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- Descontentamento dos servidores dos cartórios eleitorais do Estado em relação à Portaria P n. 303/2013 que não abarcava todos os deslocamentos a serviço, dando, inclusive, tratamento diferenciado à matéria.

1.3 BIOMETRIA

Um dos projetos que me empenhei em retomar foi o “Projeto de Recadastramento Biométrico”, cujo aspecto mais impactante é a novidade que surge no dia da eleição – a confirmação da identidade do eleitor em conjunto com sua impressão digital – impedindo que uma pessoa possa votar em lugar de outra, tal como veiculado na campanha nacional patrocinada pelo Tribunal Superior Eleitoral.

O recadastramento biométrico do eleitor envolve quatro passos básicos: atualização dos dados biográficos, digitalização da assinatura, fotografia e coleta das digitais de todos os dedos das mãos, além de corrigir possíveis distorções do eleitorado.

A nova tecnologia permite identificar o eleitor, comparando suas impressões digitais com aquelas já cadastradas no banco de dados da Justiça Eleitoral. Outro fator importante do processo é agilizar a atuação do mesário, proporcionando mais rapidez na votação, com a informatização de um procedimento operacional, ou seja, a liberação das urnas não mais será feita pelos mesários e sim pela leitura das impressões digitais do eleitor.

Assim, no dia 15 de abril de 2013, a Justiça Eleitoral catarinense retomou o projeto de identificação biométrica no Estado, inicialmente com o recadastramento biométrico dos eleitores de Major Gercino e Nova Trento.

Na sessão administrativa de 10 de junho, foi acolhida pela Corte a proposição da Corregedoria Regional Eleitoral de ser editada regulamentação permanente tratando dos aspectos gerais a serem observados nas futuras revisões de eleitorado e no atendimento biométrico ordinário no Estado de Santa Catarina, tendo sido publicada a Resolução TRESA n. 7.884/2013. Aprovou-se, ainda, a proposta daquele Órgão de realizar revisão do eleitorado do Município de Major Gercino no período de 1º a 31 de julho de 2013, abrangendo os alistados até 28 de abril de 2013.

No que se refere ao projeto de expansão sistemática da identificação biométrica nos serviços ordinários de alistamento eleitoral em todo o Estado de Santa Catarina, realço que o cadastramento biométrico de eleitores já está acontecendo em 12 (doze) Municípios de Santa Catarina (Florianópolis, São José, Palhoça, Biguaçu, Antônio Carlos, Santo Amaro da Imperatriz, São João Batista, Major Gercino, Nova Trento, São Pedro de Alcântara, Anitápolis e Angelina) e, a partir de janeiro de 2014, também está sendo implantado em Águas Mornas, Rancho Queimado, São Bonifácio, Paulo Lopes e Governador Celso Ramos, todos localizados na Grande Florianópolis.

Enquanto em São Pedro de Alcântara, Anitápolis, Angelina e Antônio Carlos o comparecimento foi obrigatório até o dia 15 de dezembro de 2013 — sob pena de



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

cancelamento do título, em decorrência de revisão eleitoral determinada pela Justiça Eleitoral —, nos demais Municípios a presença de eleitores é facultativa.

Com a retomada do processo de cadastramento biométrico em 2013, pretendemos gradativamente ampliá-lo para todos os municípios de Santa Catarina.

Conforme previsões da Justiça Eleitoral, nos municípios nos quais atualmente ocorre a biometria e naqueles em que ela deve ocorrer em 2014, teremos identificados cerca de 80 mil eleitores. Já para as eleições de 2016, com a ampliação do serviço para as demais cidades do Estado, um grande contingente de eleitores catarinenses estará cadastrado.

A expectativa do Tribunal Superior Eleitoral é que nas Eleições 2014 mais de 22 milhões de eleitores deverão estar identificados pelas digitais no Brasil e, até o final de 2018, prevê-se que a implantação da biometria deverá estar concluída em todos os Estados brasileiros.

1.4 NOVO SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DAS SESSÕES

Foi lançado, na sessão administrativa extraordinária 06 de março de 2013, o Sistema de Acompanhamento das Sessões Plenárias (SASP) do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. O objetivo do sistema é facilitar a consulta, feita pelos advogados, pela imprensa especializada e pelos demais interessados, dos processos em julgamento. O SASP pode ser acessado pela página do TRESA e reúne em um só lugar o calendário das sessões, a pauta, a composição do Pleno, o resultado dos julgamentos, os acórdãos e a ata (após a sua aprovação), otimizando o acesso às informações.

O SASP foi idealizado pela Coordenadoria de Sessões em 2007 e começou a ser desenvolvido em 2011 pela Coordenadoria de Soluções Corporativas. Após analisar os sistemas adotados por outros tribunais (como o Tribunal Superior Eleitoral), a Secretaria de Tecnologia da Informação optou por desenvolver uma ferramenta única, que atendesse plenamente às necessidades do TRESA. É o primeiro sistema que reúne todos os produtos das sessões em um único local e toda a interface de acompanhamento das sessões do TRESA foi reformulada, visando dar ênfase para o conteúdo multimídia utilizado nas sessões, a exemplo dos vídeos disponibilizados ao vivo, possibilitando acompanhamento em tempo real em favor da transparência.

1.5 NOVA ESTRUTURA DOS CARTÓRIOS ELEITORAIS DA CAPITAL

A Central de Atendimento ao Eleitor e os quatro Cartórios Eleitorais da Capital começaram a atender os eleitores em nova sede a partir de 1º de abril de 2013. As novas instalações possuem área total de aproximadamente 800 m², com plataforma elevatória para receber os portadores de necessidades especiais e espaço exclusivo para atendê-los.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Os trabalhos para a adequação do local tiveram início após a efetivação do contrato de locação do edifício, que foi concluído em novembro de 2012. A Justiça Eleitoral catarinense adota modelos padrão de divisórias, persianas, películas e mobiliários com o intuito de uniformizar a linguagem entre os seus prédios, e, dessa forma, garantir uma identidade visual. O *layout* do ambiente foi elaborado com a colaboração dos chefes dos cartórios, que apontaram as suas necessidades.

O antigo espaço tornou-se insuficiente para o atendimento aos eleitores e para as acomodações dos cartórios, principalmente após a mudança da 101ª Zona Eleitoral para o local. O objetivo, portanto, foi proporcionar melhor atendimento e comodidade aos eleitores, assim como para os servidores dos cartórios.

Atualmente, a Central de Atendimento ao Eleitor funciona no andar térreo com uma área de 200 m², proporcionando atendimento de melhor qualidade aos eleitores em um espaço amplo e moderno.

1.6 PLANO DE COMUNICAÇÃO DO TRESA

O novo Plano de Comunicação deste Tribunal foi apresentado na sessão administrativa de 06 de maio de 2013, desenvolvido pela Assessoria de Imprensa, Comunicação Social e Cerimonial desde a minha posse, em fevereiro de 2013.

O Plano, desde que foi implantado, dinamizou e aperfeiçoou a comunicação da Justiça Eleitoral, primando pela transparência, ética e agilidade das informações, tornando-a um canal acessível à participação de todos os servidores e, concomitantemente, dando voz à Instituição por meio da interação com os veículos de informação.

Apresenta, ainda, ferramentas estratégicas de comunicação e melhoria dos veículos já existentes. Como inovação, foram reformulados os dois informativos desenvolvidos pela AICSC, o EnTRENós e o TRE Notícias, e criado um novo produto, o Decisões em Foco.

O EnTRENós, que antes era composto por textos e vídeos, passou a ser apresentado todo em vídeo. O programa continuará a ser um informativo com matérias focadas nos servidores, contribuindo, desta forma, para a aproximação entre eles e para o bom clima organizacional da Instituição.

Já o TRE Notícias, que antes era formado por matérias institucionais e decisões jurídicas, agora se restringirá a matérias institucionais. O informativo tem como objetivo noticiar os trabalhos realizados no Tribunal e nos cartórios eleitorais.

Quanto às decisões tomadas pela Justiça Eleitoral catarinense, passaram a ser apresentadas em um novo produto, o Decisões em Foco. As matérias sobre as decisões judiciais que o compõem continuam a ser publicadas diariamente na página do TRESA na



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

intranet e na internet. Mas também são reunidas toda sexta-feira no informativo, que é enviado por *e-mail*, em formato de *newsletter*, para a Justiça Eleitoral e para a imprensa catarinense.

1.7 PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO

Por meio da Portaria P n. 247, de 05 de julho de 2013, foi deflagrada a implantação, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, do Processo Administrativo Eletrônico - PAE, sistema responsável pelo processamento eletrônico dos procedimentos de natureza administrativa.

A ferramenta de trabalho, que permite aos servidores o mapeamento prévio dos processos administrativos, bem como edição e tramitação de documentos, pretende agilizar a resolução de processos através de meios eletrônicos, além de trazer outros benefícios para o Tribunal.

A padronização das rotinas de trabalho será um dos grandes ganhos com a implementação desse novo sistema, assim como o aproveitamento de recursos e a economia de papel.

A plataforma, idealizada em 2010 em um evento de Tecnologia da Informação que reuniu os tribunais eleitorais de todo o Brasil, está em fase de testes pela Secretaria de Administração e Orçamento e em breve deve ser expandida para todos os setores do Tribunal e também a todas as zonas eleitorais do Estado.

O projeto, que conta com o patrocínio do TSE, é uma iniciativa do TRESA, desenvolvido juntamente com 06 (seis) Tribunais Eleitorais para que a solução tecnológica possa ser implementada no âmbito da Justiça Eleitoral.

1.8 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA JUSTIÇA ELEITORAL DE SANTA CATARINA

Na sessão plenária do dia 15 de julho de 2013 foi aprovada a Resolução n. 7.886/2013, que regulamenta a execução das metas que conduzirão as ações do Planejamento Estratégico da Justiça Eleitoral (PEJE). As metas haviam sido definidas anteriormente pelo TSE e dispostas na Resolução n. 23.371/2011 para que os TREs de todo o País adotassem um modelo padrão.

Estabelecendo como missão garantir a legitimidade do processo eleitoral, o PEJE conduzirá o alinhamento de todas as ações do TRESA em uma única direção, com o intuito de consolidar a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança.

Para certificar este processo, o planejamento foi distribuído em quatro áreas: Eficiência Operacional, Gestão de Pessoas, Infraestrutura e Planejamento e Orçamento.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Na reunião do Conselho de Gestão Estratégica e de Integração da Justiça Eleitoral de Santa Catarina, realizada em 06 de dezembro de 2013, ocorreu a primeira reunião trimestral de avaliação de estratégia, na qual foram aprovadas metas e ações estratégicas para a execução do Planejamento Estratégico.

1.9 DISPONIBILIZAÇÃO DE SALA PARA ADVOGADOS NA SEDE DO TRES

No dia 24 de julho de 2013, no 5º andar do edifício anexo da sede do TRES, foi entregue a sala para uso da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Santa Catarina (OAB/SC), em solenidade que contou com a presença, além deste Presidente, do Presidente da OAB/SC, Tullo Cavallazzi Filho; do Vice-Presidente do TRES, Desembargador Luiz César Medeiros; do Desembargador Fernando Carioni; dos Juízes do TRES, Marcelo Ramos Peregrino Ferreira, Ivorí Luis da Silva Scheffer e Carlos Vicente da Rosa Góes; da Secretária-Geral Adjunta da OAB/SC, Sandra Krieger Gonçalves; do Presidente da Comissão de Direito Eleitoral, Alexandre Dorta Canella; do Diretor-Tesoureiro da OAB/SC, Luiz Mário Bratti; do Presidente da OAB/CRED, Rafael Horn, e do Presidente da Caixa de Assistência dos Advogados de Santa Catarina, Paulo Marcondes Brincas.

Após a assinatura do termo de cessão, ressaltai a relevância do momento, que simboliza a integração dos advogados com a Justiça Eleitoral. Com a disponibilização do espaço, em atendimento a uma antiga reivindicação da classe, os advogados passaram a ter maior facilidade para a prestação de seus relevantes serviços.

Na ocasião, o Presidente da OAB, Tullo Cavallazzi Filho, destacou que principalmente para os advogados que vêm das subseções catarinenses do interior a sala seria de grande valia, salientando que, "embora possa parecer singelo, é de suma importância, pois representa um abraço que o TRES dá aos advogados, reconhecendo a importância de seu trabalho".

1.10 CUMPRIMENTO INTEGRAL DA DETERMINAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA SOBRE FICHA LIMPA ADMINISTRATIVA

Após a atualização do relatório de avaliação do cumprimento da Resolução CNJ n. 156/2012 ("Resolução da Ficha Limpa Administrativa"), realizada em 22 de agosto de 2013, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) constatou que o TRES atendeu a determinação do Conselho e cumpriu integralmente a Resolução.

Editada em 2012, a norma proíbe a designação para função de confiança ou a nomeação para cargo em comissão de pessoa que tenha praticado os atos tipificados como causa de inelegibilidade, como condenações por improbidade administrativa, crimes hediondos ou contra a Administração Pública.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

De acordo com levantamento elaborado pelo Departamento de Gestão Estratégica e pela Secretaria Processual do CNJ, a maioria dos 92 tribunais já está cumprindo a Resolução. Todos os Tribunais Superiores, os da Justiça Militar Estaduais e os Conselhos da Justiça Federal e o Superior da Justiça do Trabalho cumprem integralmente a determinação do CNJ.

1.11 POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE - AGENDA AMBIENTAL

Criada no ano de 2012, a Comissão da Agenda Ambiental tem como metas, para o período 2012-2014, a implantação de ações relacionadas à redução de consumo (papel, água e energia), a destinação adequada dos resíduos gerados, de acordo com a Lei n. 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), e a sensibilização dos servidores para as questões ambientais.

A partir dos estudos elaborados, foi editada a Resolução n. 7.892, de 23 de setembro de 2013, que dispôs sobre a Política de Sustentabilidade Ambiental do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, bem como seus objetivos, metas e ações estratégicas.

Ações implantadas em 2013:

1.11.1 Ecofonte

Em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação, foi instalada em todos os microcomputadores do TRESA uma nova opção de fonte, a Ecofonte, que tem o objetivo de poupar tinta da impressora, diminuir custos e contribuir com o meio ambiente.

A produção de tinta é considerada um processo poluente, devido à alta produção de carbono. A utilização da Ecofonte durante a impressão pode poupar cerca de 25% de tinta, porque durante a impressão são feitos minúsculos furos nas letras.

O TRESA não é o primeiro órgão público a utilizar essa fonte, a Advocacia-Geral da União (AGU), o Tribunal de Justiça do Paraná e o Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco estão na lista dos que já aderiram a essa economia.

1.11.2 Primeiro Encontro Ambiental do TRESA

Para sensibilizar os servidores e trazer à tona a reflexão sobre temas atuais relacionados ao meio ambiente e à sustentabilidade, foi realizado no mês de agosto de 2013 o 1º Encontro Ambiental do TRESA, uma iniciativa da comissão da Agenda Ambiental.

O primeiro dia do evento contou com a presença do Desembargador Jessé Torres Pereira Júnior, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que iniciou a palestra chamando a atenção dos participantes sobre o conceito de sustentabilidade.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

O evento, que reuniu servidores na sala de sessões da sede deste Tribunal, foi encerrado com a palestra "Resíduos sólidos: Saúde e Meio Ambiente", ministrada pela gerente da divisão de conscientização ambiental da COMCAP e a exibição do documentário "A história das coisas" (vídeo produzido pela ambientalista americana Annie Leonard, que analisa o ciclo de vida de bens materiais). Os participantes receberam mudas de plantas ornamentais, distribuídas no final do encontro.

1.11.3 Distribuição de canecas e copos de uso contínuo

Com vistas à redução do impacto do consumo de copos descartáveis e o incentivo à prática da sustentabilidade, foram distribuídos pela Comissão kits contendo canecas e copos de uso contínuo para a utilização no ambiente de trabalho para todos os servidores da sede e dos cartórios eleitorais.

Diante disso, a distribuição de copos descartáveis aos setores do Tribunal será reduzida gradativamente, sendo restringida a sua utilização apenas para os locais onde há atendimento ao público.

De acordo com um levantamento realizado pela Seção de Almoxarifado e Patrimônio, no ano de 2012 foram usados mais de 616 mil unidades do produto, uma média de 51 mil copos médios utilizados mensalmente. Já para os copos menores, de café, foram utilizadas 8.975 unidades.

1.12 POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Foi aprovada pelo Pleno do TRESA, na sessão do dia 21 de outubro de 2013, a Resolução n. 7.894/2013, que regulamenta a política de segurança da informação da Justiça Eleitoral de Santa Catarina.

Resultado de estudos promovidos nos autos da Instrução n. 194-71.2013, oriunda do Procedimento Administrativo STI n. 006/2013, a norma prevê a aplicação da política de segurança a todos os usuários (aqueles que tenham acesso, de forma autorizada, a partir da rede da Justiça Eleitoral, a informações produzidas ou custodiadas pelo TRESA) dos recursos materiais e tecnológicos da Justiça Eleitoral catarinense, ainda que eventuais, e estipula serem todos corresponsáveis pela segurança da informação.

A normativa estabelece, entre seus objetivos, que se assegure o uso da informação no interesse da Instituição, que se preserve a integridade, confidencialidade e disponibilidade dos ativos de informação, bem como que se previna e combata atos acidentais ou intencionais de destruição, modificação, apropriação ou divulgação indevida de informações.

Na mesma linha, entre as obrigações dos usuários, destacam-se o dever de guardar sigilo das informações obtidas em decorrência do exercício de suas atividades, e



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

de preservar a integridade das informações relativas à Justiça Eleitoral, não divulgando externamente vulnerabilidades detectadas.

Quanto à propriedade intelectual, a Resolução estipula que informações, sistemas e métodos criados pelos servidores no exercício de suas funções, ou pelos terceirizados para uso exclusivo da Justiça Eleitoral catarinense, integram o patrimônio intelectual da Instituição, portanto, o direito autoral não pertence aos criadores.

1.13 AGENDA CORPORATIVA

Desde o dia 31 de outubro de 2013 os servidores da Justiça Eleitoral catarinense passaram a utilizar Agenda Corporativa (Zimbra), ferramenta que viabilizou uma mudança significativa no uso do serviço de *e-mail*, que trará novos recursos na comunicação para os usuários e a Administração, além de agregar importantes funcionalidades, tais como a sincronização de compromissos (agenda corporativa), integração de *e-mails*, contatos, armazenamento centralizado, assinatura digital e *extranet*.

1.14 ENCONTROS COM GESTORES DE 1º GRAU

A Administração do TRESA, em novembro de 2013, realizou uma série de reuniões com os gestores de 1º grau (Juizes Eleitorais, Chefes de Cartórios e representantes de cada região na Comissão Permanente de Comunicação e Integração (CPCI).

Os encontros ocorreram no dia 12, em Criciúma, 13, em Florianópolis, 22, em Joinville, 28, em Concórdia, e 29, em Chapecó, e contaram com a presença deste Presidente, Presidente do Conselho de Gestão Estratégica e de Integração (CGEI), do Diretor-Geral, da Assessora-Chefe da Corregedoria, da Secretária de Gestão de Pessoas e do Coordenador de Eleições.

As reuniões mostraram-se altamente produtivas e relevantes, pois conferiram maior concretude à gestão democrática, descentralizada e participativa recentemente introduzida no TRESA, com o objetivo de alinhar ações e propiciar maior integração entre as unidades. Foi uma excelente oportunidade para discutir ações estratégicas e conhecer novas demandas e necessidades no atual contexto das zonas eleitorais.

Essas reuniões, em cinco diferentes regiões do Estado, fizeram parte de um conjunto de medidas adotadas na atual gestão, com foco especial na valorização dos magistrados e servidores e na eficiência dos processos de trabalho.

1.15 LEVANTAMENTO DIAGNÓSTICO DAS ZONAS ELEITORAIS

Trata-se de levantamento aprovado pelo Conselho de Gestão Estratégica e de Integração (CGEI), o qual foi delegado à Direção-Geral, Corregedoria Regional Eleitoral e



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

à Comissão Permanente de Comunicação e Integração (CPCI), vinculada ao referido Conselho, a realização de pesquisa por meio de formulário via breve perante as zonas eleitorais de Santa Catarina, a fim de obter um diagnóstico quanto às necessidades de treinamento, disponibilidade de recursos humanos e dificuldades para a realização de atividades.

Referido levantamento contou com a participação de 80% das zonas eleitorais do Estado e o seu resultado foi apresentado nas reuniões com os gestores de 1º grau.

1.16 ELEIÇÕES INFORMATIZADAS PARA DIRETORES DE ESCOLAS MUNICIPAIS DE FLORIANÓPOLIS

As eleições para diretores das 104 unidades educacionais da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis aconteceram no dia 30 de novembro de 2013, das 8h às 17h, e contaram com o apoio do TRESA, que disponibilizou as urnas eletrônicas, suporte técnico, cessão dos *softwares*, orientação e treinamento dos envolvidos, viabilizando a eleição eletrônica.

Havia 32.448 eleitores habilitados a votar, entre servidores, professores, pais e responsáveis, e alunos a partir do 5º ano que decidiram, entre os 135 candidatos, os administradores de cada unidade.

O Presidente da Comissão-Geral das Eleições para Diretores destacou, na ocasião, que a parceria com o TRESA é muito importante, pois aproxima o jovem do processo eleitoral e garante a seriedade do processo de votação.

O sucesso do pleito comunitário, considerado o alto grau de especificidade e complexidade, deixou evidenciado, mais uma vez, a excelência dos serviços prestados pela Justiça Eleitoral de Santa Catarina e a sua credibilidade.

1.17 POLÍTICA DE CONTROLE DA DISCIPLINA

Por meio da Resolução TRESA n. 7.897, de 02 de dezembro de 2013, foram aprovadas novas regras atinentes ao controle da disciplina no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina.

A norma teve como objetivo aperfeiçoar a regulamentação do exercício do poder disciplinar no TRESA, então disciplinada pela Resolução TRESA n. 7.347, de 07.10.2003, bem assim implementar uma mudança de paradigma no controle de disciplina, focado, primeiramente, no uso de meios alternativos na solução dos incidentes disciplinares, o que vem ao encontro dos princípios da proporcionalidade, economicidade, razoabilidade e eficiência.

Trata-se de orientação já adotada em alguns Tribunais pátrios, que introduz o Direito Disciplinar de forma mais ampla, direcionando-o, inicialmente, para os aspectos da



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

prevenção, da correção e da investigação sumária ou investigação preliminar, de modo que — em atenção aos prefalados princípios — as etapas de sindicância e processo administrativo disciplinar sejam adotadas tão somente por exclusão.

Dessa forma, evita-se a instauração desses procedimentos para a apuração de irregularidades relativamente insignificantes, sem conteúdo probatório mínimo, ou que possam ser resolvidas diretamente pela chefia com o uso do seu poder hierárquico, ou, ainda, por meio de instrumentos mais apropriados para o caso, tal como o termo de ajustamento de conduta. Estariam inseridos, por conseguinte, neste tema mais abrangente do “Controle da Disciplina” as fases da sindicância e do processo administrativo disciplinar, instrumentos importantes, mas que não podem ser banalizados para a apuração de quaisquer condutas ou pequenos incidentes.

Em resumo, a nova orientação é pela flexibilização da obrigação de punir, ganhando o “poder disciplinar” caráter de faculdade, pois não se trata de um poder-dever. A Administração no uso do juízo discricionário pode avaliar a conveniência em instaurar ou não os procedimentos sancionadores. Entende-se que a autoridade não pode ser omissa, porém pode eleger uma solução mais inteligente e eficiente, que atenda à finalidade da norma e ao interesse público. Sob essa nova ótica, aumenta a responsabilidade do superior imediato, que ao levar adiante notícia de irregularidade deve demonstrar que envidou esforços para solucionar previamente o problema, mediante controle diário via gestão de pessoas.

Ademais, o custo com sindicâncias inócuas e processos que não alcançam a finalidade desatende a Lei de Responsabilidade Fiscal: “A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas [...]” (art. 1º, § 1º, Lei Complementar n. 101/2000) (fls. 262v.-263), não se podendo perder de vista, ainda, que o custo médio dos processos administrativos disciplinares é bastante elevado¹.

Neste contexto, a adoção desse novo paradigma, além de atender aos princípios que regem a Administração Pública, propicia uma visão mais humanizada, voltada ao aperfeiçoamento do servidor e do serviço.

1.18 PLANEJAMENTO DAS ELEIÇÕES 2014

Está em andamento o Planejamento das "Eleições 2014", sob a coordenação do Grupo de Avaliação e Planejamento das Eleições (GAPE).

Paralelamente ao desenvolvimento do planejamento operacional, estão sendo elaborados Planos de Ação de Melhoria, cuja finalidade é identificar, planejar e executar ações de aperfeiçoamento na organização das eleições.

¹ Segundo Léo da Silva Alves noticiou na “Semana de Estudos de Direito Disciplinar”, realizada em São Paulo, de 1º a 5 de abril de 2013, cerca de R\$ 153.970,43 (cento e cinquenta e três mil, novecentos e setenta reais e quarenta e três centavos), em valores atualizados até maio de 2012 pela Controladoria-Geral da União.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Destaco que a participação das zonas eleitorais no planejamento das eleições agora é realizada em parceria com a CPCI.

Para notificar instruções e orientações aos cartórios eleitorais, desde o início de outubro, foi disponibilizado o Portal Eleições 2014, canal oficial de comunicação com o objetivo de facilitar o acesso às informações de atividades referentes às Eleições, reduzindo o número de *e-mails* trocados e centralizando o conteúdo informativo em um único meio.

O Planejamento, este ano, conta pela primeira vez com o Plano Gerenciamento da Qualidade, que busca consolidar informações referentes a essa área do conhecimento de gerenciamento de projetos.

Juntamente com o referido Plano, serão publicados até o final do ano os planos de recursos humanos, o de comunicações (com mais detalhamento do portal das eleições) e ainda o plano de gerenciamento de riscos.

Além do Portal, também há documentos publicados na página do Projeto Eleições 2014, onde já constam as primeiras versões do planejamento operacional do Tribunal e das zonas eleitorais, as diretrizes da eleição e os planos de ação referentes às melhorias no projeto das eleições.

1.19 CONCURSO PÚBLICO

Este Tribunal realizou no dia 19 de janeiro de 2014, concurso público para cinco cargos: Analista Judiciário – Área de Apoio Especializado – Arquivologia; Analista Judiciário – Área Judiciária; Analista Judiciário – Área de Apoio Especializado – Análise de Sistemas; Técnico Judiciário – Área Administrativa; e Técnico Judiciário – Área de Apoio Especializado – Programação de Sistemas; cujo edital foi publicado em 1º de novembro de 2013.

Atualmente existe apenas uma vaga em aberto para o cargo de Analista Judiciário - Área de Arquivologia. Para os demais cargos o concurso público servirá para formação de cadastro de reserva.

Para os cargos de nível superior se inscreveram 3.531 candidatos. O maior número foi para Analista Judiciário – Área Judiciária, com 2.841 inscritos, seguido pelo cargo de Analista de Sistemas, com 595 candidatos, e Arquivologia, com 95 concorrentes.

Já para os cargos de nível médio, para Técnico Judiciário, 10.529 candidataram-se para a Área Administrativa, enquanto 275 inscreveram-se para a Área de Apoio Especializado - Programação de Sistemas.

As inscrições ocorreram entre os dias 11 e 25 de novembro de 2013. Para todos os cargos as provas foram objetivas de múltipla escolha com questões de conhecimentos gerais e específicos e, para os cargos de analista judiciário também houve prova



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

discursiva com duas questões. As provas tiveram a duração de cinco horas para analistas e quatro horas para técnicos.

1.20 PRINCIPAIS GESTÕES JUNTO AO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

1.20.1 Projeto-piloto de eleições mistas onde não ocorreu revisão de eleitorado

Juntamente com outros Presidentes de Tribunais Eleitorais, apresentei, por meio do Ofício P/TRESC n. 514/2013, à Presidência do Tribunal Superior Eleitoral, proposta de realização de projeto-piloto nos Municípios de Florianópolis-SC e de Bento Gonçalves-RS, de modo a viabilizar, nas eleições vindouras, a identificação biométrica de eleitores em municípios ainda não submetidos à revisão do eleitorado, concomitantemente à identificação convencional. Na oportunidade, esclarecemos o objetivo de disseminar e ampliar o recadastramento biométrico ordinário dos eleitores, estimulando o comparecimento aos cartórios eleitorais para a identificação por meio do reconhecimento das impressões digitais no dia do pleito, proporcionando significativo incremento no número de eleitores cadastrados biometricamente, reduzindo as dificuldades e o dispêndio de recursos públicos para a realização de futuros procedimentos revisionais, além de conferir excelência ao atendimento prestado aos cidadãos e sensível melhoria na qualidade dos dados coletados.

1.20.2 Reorganização de Zonas Eleitorais

Por meio do Ofício P/Gab n. 891/2013, foi encaminhado ao Tribunal Superior Eleitoral, projeto desenvolvido nesta Corte que propõe novo modelo para a alocação dos eleitores nos locais de votação. A proposta consiste em organizar as seções eleitorais, observada a ordem alfabética dos nomes dos eleitores.

De acordo com os estudos preliminares, se adotado o modelo proposto nas Eleições Municipais de 2012, o número de seções eleitorais no Brasil poderia ser reduzido de 407,5 mil para 322,7 mil, uma redução de 20,8% das seções, o que evitaria a movimentação de 84,8 mil urnas eletrônicas e a convocação de 339 mil mesários. Outras vantagens: possibilidade de fixar valores-limite para o número de eleitores compatíveis com a complexidade de cada pleito; expressiva redução dos recursos e maior facilidade na localização das seções pelos eleitores.

A proposta está em estudo naquela Corte.

1.20.3 Proposta de cadastramento biométrico ordinário em todo o Estado de Santa Catarina

Apresentei ao Tribunal Superior Eleitoral, por meio do Ofício P n. 105/2013, proposta da participação deste Estado no processo de cadastramento biométrico,



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

mediante atendimento ordinário (quando o eleitorado gradativamente comparece aos cartórios eleitorais para a inscrição, atualização, revisão ou transferência eleitoral), em todo o Estado de Santa Catarina, salientando que as específicas peculiaridades desta Unidade da Federação a tornam candidata ideal para adoção da metodologia sugerida em todo o território catarinense.

A proposição teve por escopo reduzir, ao mínimo, os ônus inerentes à implantação de projeto dessa envergadura, sejam orçamentários, sejam de natureza diversa como os que pesam sobre os Tribunais e Órgãos Públicos na disponibilização de recursos humanos e/ou cessão de espaços públicos.

1.20.4 Ações e demandas potenciais com foco nas Eleições 2014; Projeto de Votação Mista e o Projeto da Corregedoria-Geral da Justiça Eleitoral de ampliação do prazo de aproveitamento dos dados biométricos coletados no atendimento ordinário e proposições para mitigar a carência de recursos humanos

Em atenção à solicitação da Presidente do Tribunal Superior Eleitoral no 60º Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais, a respeito de ações e demandas potenciais com foco nas Eleições 2014, remeti àquela Corte, por meio do Ofício P/ASSPRES n. 655/2013, considerações acerca **(a)** das Eleições 2012, relacionando o número aproximado de processos pendentes de julgamento no âmbito da Justiça Eleitoral catarinense; **(b)** da biometria, especificamente sobre as ações em andamento, o Projeto de Votação Mista e o Projeto da Corregedoria-Geral da Justiça Eleitoral de ampliação do prazo de aproveitamento dos dados biométricos coletados no atendimento ordinário; **(c)** da força de trabalho, relativamente à carência de recursos humanos, ao anteprojeto de lei da Justiça Eleitoral, autuado no Conselho Nacional de Justiça sob o n. 0003409-91.2012.2.00.0000 — que trata da criação de cargos efetivos e funções comissionadas destinados aos cartórios eleitorais —, à substituição da chefia de cartório por requisitados, à regulamentação a respeito do instituto jurídico da redistribuição no âmbito da Justiça Eleitoral e ao crédito adicional para a realização de Concurso Público; e **(d)** das demandas relacionadas às Eleições 2014.

1.21 NOVO DEPÓSITO DE URNAS ELETRÔNICAS

Foi firmado o Contrato n. 102/2013, em dezembro de 2013, com vigência de 05 (cinco) anos, para a locação de novo galpão de acondicionamento das urnas eletrônicas. A mudança iniciou no dia 08, finalizando em 20 de janeiro de 2014.

O novo endereço do depósito de urnas, com área construída de 2.850 m² (dois mil, oitocentos e cinquenta metros quadrados) — sendo 602 m² (seiscentos e dois metros quadrados) de escritório, 02 (dois) vestiários, 01 (um) refeitório e 12 (doze) banheiros, bem como 50 (cinquenta) vagas de estacionamento — oferece melhores condições de armanejamento e de trabalho para os servidores e técnicos de urnas que lá exercem as suas atividades.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.22 OBRAS NO IMÓVEL QUE ABRIGA OS CARTÓRIOS ELEITORAIS DE CRICIÚMA

Em reunião ocorrida em 28 de janeiro do corrente, relativamente às obras a serem realizadas no imóvel ocupado pelos Cartórios Eleitorais de Criciúma, foram tomadas importantes deliberações: **(a)** o Auditório terá capacidade para 70 (setenta) cadeiras, com divisórias articuladas, permitindo a divisão de espaços, quando necessário; **(b)** as 03 (três) vagas de estacionamento do TRESA serão cedidas ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT) para a construção do arquivo da 1ª Vara do Trabalho; **(c)** o TRT cederá ao TRESA as 04 (quatro) vagas existentes na frente do prédio e mais uma na lateral; **(d)** o TRT compromete-se a executar uma cobertura sobre estas vagas e o acesso ao estacionamento/prédio; e **(e)** o TRESA poderá utilizar a Sala de Atos em anos eleitorais, nos meses de setembro e outubro, para a realização de armazenamento e configuração das urnas e o TRT providenciará divisórias removíveis e sua instalação sempre que necessário.

Ficou acertado, ainda, o seguinte cronograma do TRT:

- fevereiro: entrega do Projeto de Reforço pela empresa contratada;
- março: preparação dos projetos executivos do auditório e do arquivo. As especificações serão apresentadas ao TRESA, mas todo o projeto será desenvolvido pelo TRT;
- abril/maio: licitação da obra pelo TRT;
- junho/julho: execução da obra.

1.23 GESTÃO DOCUMENTAL

Na sessão administrativa ocorrida em 27 de janeiro de 2014, este Tribunal editou a Resolução n. 7.902/2014, que dispôs a respeito da Implantação do Programa de Gestão Documental no âmbito da Justiça Eleitoral catarinense. O aludido Programa está balizado pela Recomendação n. 37 do Conselho Nacional de Justiça, que recomenda aos Tribunais a observância das normas de funcionamento do Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (Proname) e de seus instrumentos, bem como pela Resolução TSE n. 23.379, de 1º.03.2012, que dispõe sobre o Programa de Gestão Documental, o Sistema de Arquivos, o Fundo Histórico Arquivístico e o Comitê de Gestão Documental no âmbito da Justiça Eleitoral. O estabelecimento do Programa objetiva dar cumprimento ao disposto no art. 216, § 2º, da Constituição Federal, que prevê caber à administração pública a gestão da documentação governamental e as providências para franquear a sua consulta a todos que dela necessitem.

1.24 MURAL ELETRÔNICO



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Na mesma sessão administrativa (27.01.2014) esta Corte aprovou a Resolução n. 7.904/2014, que instituiu o uso de mural eletrônico — antiga reivindicação da classe dos advogados — como meio oficial de publicação dos atos judiciais durante o período eleitoral, que tem por finalidade oferecer aos advogados o acesso imediato às decisões monocráticas publicadas por este Tribunal.

De acordo com a novel regulamentação, as publicações no mural eletrônico ocorrerão diariamente às 16h, valendo este horário também para o Ministério Público Eleitoral. O Órgão Ministerial, no entanto, deverá ser intimado por meio eletrônico, com cópia dos atos. O mural eletrônico, que substitui o mural físico nos cartórios e sede do TRESA no período eleitoral, valerá para as publicações que se realizarem a partir de 05 de julho do corrente.

A resolução aprovada também enumerou situações em que o mural eletrônico não pode ser usado para a publicação de atos judiciais. É o caso dos acórdãos, atos com determinação expressa de outra forma de publicação, atos das representações dos artigos 23, 30-A, 41-A, 73, 74, 75, 77 e 81 da Lei n. 9.504/1997, e atos relativos às investigações judiciais eleitorais.

A substituição do mural físico por um instrumento de publicação eletrônica no *site*, além de simplificar o procedimento, oferece mais agilidade e segurança aos processos.

O Presidente da OAB/SC, Tullo Cavallazzi Filho, presente na sessão, também enalteceu a iniciativa, ressaltando a importância dessa nova forma de publicação para os advogados catarinenses que atuam perante a Justiça Eleitoral, evitando o seu deslocamento até a sede do TRESA.

1.25 METAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

As metas nacionais do Poder Judiciário são definidas em caráter anual, sob a coordenação do Conselho Nacional de Justiça - CNJ e, no ano de 2013, couberam à Justiça Eleitoral 7 metas, as quais vêm sendo acompanhadas e coletadas conforme determinado por aquele Conselho, observando suas periodicidades e prazos, bem como às instruções locais quanto aos procedimentos e responsabilidades.

Eis a atual situação:

Metas cumpridas

- **Meta 1:** Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2013;
- **Meta 2:** Julgar, até dia 31.12.2013, pelo menos 90% dos processos distribuídos em 2010;
- **Meta 8:** Implantar e divulgar a "Carta de Serviços" do 2º Grau da Justiça Eleitoral;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Em cumprimento à Meta 8/2013, a “Carta de Serviços” referente ao 2º Grau da Justiça Eleitoral de Santa Catarina já está disponível no *site* deste Tribunal. A Carta foi aprovada na sessão de 16.12.2013, por meio da Resolução TRESA n. 7.900/2013, com o objetivo de informar o cidadão dos serviços prestados pela entidade, das formas de acesso a eles, além de estabelecer os compromissos e os padrões de qualidade de atendimento ao público.

Para ampliar a divulgação, a Carta está disponível também na versão impressa na Biblioteca da Justiça Eleitoral catarinense e na Central de Atendimento ao eleitor de Florianópolis. No total, foram impressos 500 exemplares do arquivo, que vem sendo produzido pelas unidades do Tribunal desde o início de 2013.

- **Meta 17:** Desenvolver, nacionalmente, sistemas efetivos de licitação e contratos.

Metas em andamento

- **Meta 7:** Modelar pelo menos cinco processos de trabalho das unidades judiciárias de 1º grau da Justiça Eleitoral;

Foi eleito um conjunto de 05 (cinco) processos das zonas eleitorais, os quais estão sendo mapeados pelo Tribunal Superior Eleitoral, a fim de aferir um número acumulado de rotinas/processos redesenhados e implantados na unidade seguindo a metodologia de gestão de processos.

Como representante deste Tribunal, a Corregedoria Regional Eleitoral indicou servidor para acompanhar o processo relativo ao cadastro.

- **Meta 16:** Fortalecer a estrutura de controle interno no Tribunal, estando atendidos 15 dos 17 quesitos dos quais a meta é composta;
- **Meta 19:** Realização de parcerias para aperfeiçoamento e alimentação do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de improbidade administrativa, estando o convênio entre os Tribunais e o Conselho Nacional de Justiça — que constitui o critério de cumprimento da meta — em tramitação nos autos do Procedimento Administrativo TSE n. 11.083/2010.

O cumprimento e acompanhamento das metas ocorre sob a coordenação do Dr. Fernando Vieira Luiz, nomeado Juiz Gestor de Metas por meio da Portaria P n. 312/2013. Com sua anuência, as atividades ordinárias associadas a cada uma das metas foram atribuídas pela Direção-Geral às unidades mais proximamente associadas:

- **Metas 1 e 2:** SJ (segundo grau) e Corregedoria Regional Eleitoral – CRESC (primeiro grau);
- **Meta 7:** CRESC;
- **Meta 8:** Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão (APEG);



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- **Meta 16:** Coordenadoria de Controle Interno (COCIN);
- **Meta 17:** Secretaria de Administração e Orçamento (SAO);
- **Meta 19:** Direção-Geral.

2 DECISÕES DA PRESIDÊNCIA

2.1. JUDICIAIS:

Foram subscritas por esta Presidência decisões em processos judiciais oriundos da Secretaria Judiciária, tais como:

- multas eleitorais (intimação para recolhimento, pedidos de parcelamento, revogação de parcelamento, quitação e inscrição em dívida ativa): 8;
- fundo partidário (intimação para recolher, pedido de parcelamento, quitação, revogação de parcelamento, sobrestamento de cobrança): 30;
- juízo de admissibilidade em recursos especiais: 70;
- medidas cautelares: 7;
- despachos em recursos ordinários: 3;
- processos judiciais oriundos da Coordenadoria de Registro e Informações Processuais (prestação de contas, consultas, registros partidários, entre outros):13;
- novas eleições (despachos diversos): 7;
- agravos de instrumentos: 7;
- informações em mandados de segurança: 3.

2.2 ADMINISTRATIVAS:

Além dos despachos em documentos e em processos – quer administrativos, quer judiciais –, foram proferidas pela Presidência decisões sobre os mais diversos temas, conforme síntese abaixo, em processos administrativos oriundos da Assessoria da Presidência, da Secretaria de Administração e Orçamento, da Secretaria de Gestão de Pessoas, da Secretaria de Tecnologia da Informação, da Coordenadoria de Controle Interno e da Corregedoria Regional Eleitoral.

2.2.1 ASSESSORIA DA PRESIDÊNCIA (ASSPRES):

- Procedimento Administrativo ASSPRES n. 12.274/2013 – proposta de instituição do Conselho de Gestão Estratégica e de Integração da Justiça Eleitoral de Santa Catarina;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- Procedimento Administrativo ASSPRES n. 03/2013 (Protocolo n. 47.700/2013) – apuração de denúncia encaminhada por meio do Ofício PRE/SC n. 023/2013 – suposto nepotismo na contratação de técnicos de urnas eletrônicas da CONAB;
- Procedimento Administrativo ASSPRES n. 34.628/2013 – Ofício n. 006/GJ/2013 – 24ª Zona Eleitoral/Palhoça;
- Procedimento Administrativo ASSPRES n. 64.184/2013 – proposta encaminhada pela Comissão de Direito Eleitoral da OAB-Seccional de Santa Catarina, com vistas à alteração do Regimento Interno do TRESA;
- Procedimento Administrativo ASSPRES n. 69.180/2013 – estudos a respeito da possibilidade de suspensão do procedimento de Tomada de Contas Especial no âmbito deste Tribunal, especificamente nos processos de prestação de contas com determinação de devolução de valores ao erário, quando não quitados administrativamente, e o consequente encaminhamento à Procuradoria da Fazenda Nacional;
- Procedimento Administrativo ASSPRES n. 70.376/2013 – Comunicação Interna DG n. 15/2013 – incidente relativo a conflito de relacionamento entre servidores da 14ª Zona Eleitoral/Ibirama;
- Procedimento Administrativo ASSPRES n. 75.213/2013 – requerimento da OAB/SC para a suspensão dos prazos judiciais no período de 7 a 20 de janeiro de 2014;
- Procedimento Administrativo ASSPRES n. 108.207/2013 – grupo de trabalho designado para estudar e propor estratégia institucional de combate à corrupção eleitoral e à movimentação clandestina de recursos financeiros de campanha.

2.2.2 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO (SAO):

- Análise de aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar com a União e de descredenciamento do SICAF às empresas licitantes nos Procedimentos Administrativos CMP/SAO n. 129.678/2012, CCM/SAO n. 1.061/2013, CMP/SAO n.70.999/2013 e CMP/SAO n. 20.191/2013;
- Alteração do projeto básico – contratação de operadora de serviços de assistência odontológica;
- Proposta – Plano de Obras do TRESA – Exercício 2013/2014;
- Proposta – Política Imobiliária do TRESA e Plano de Obras 2014/2015;
- EJES – possibilidade de pagamento das despesas relacionadas ao I Concurso Cultural Fotográfico; II Concurso de Redação; e Ciclo de Debates 2013 – Direito Eleitoral e Reforma Política;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- Requerimento – complementação de diárias em viagens a trabalho. Compensação relativamente a valores provenientes de serviço extraordinário retribuído indevidamente em pecúnia;
- Rescisão do contrato de empresa contratada para executar a reforma do imóvel que abrigaria a sede do Cartório Eleitoral de Timbó;
- Análise dos procedimentos administrativos de tomadas de contas especiais de partidos políticos e de candidatos;
- Análise dos autos e da minuta de resolução que dispõe sobre a Política de Sustentabilidade Ambiental 2012/2014;
- Análise dos autos e da minuta de resolução para que o acervo patrimonial do Centro de Memória Desembargador Adão Bernardes passe a ser gerenciado pela Seção de Patrimônio/CMP/SAO e o acervo documental pela Seção de Arquivo/CGI/SJ;
- Análise/revisão de minutas de resolução e/ou portaria relativas a matérias da SAO;
- Despachos diversos em expedientes encaminhados para a SAO.

2.2.3 SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS (SGP):

- Requerimentos – pensão vitalícia;
- Requerimentos – aposentadoria voluntária por tempo de contribuição e por invalidez;
- Requerimentos – reavaliação médica para fins de isenção de imposto de renda;
- Requerimentos – dispensa da reavaliação médica;
- Requerimentos – isenção de imposto de renda sobre proventos e pensão;
- Requerimentos – licença para acompanhar cônjuge;
- Requerimentos – licença para capacitação;
- Requerimentos – licença para tratar de interesses particulares;
- Requerimentos – remoção de servidores;
- Requerimentos – averbação de tempo de serviço e/ou contribuição;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- Requerimentos – limitação de período de atendimento clínico, por recomendação médica, sem prejuízo do cumprimento da jornada regular de trabalho e de outras atividades;
- Requerimentos – pagamento das diferenças de valor do auxílio-alimentação, considerando-se os valores pagos pelos Tribunais Superiores;
- Requerimentos – requisição e dispensa de auxiliares eleitorais;
- Requerimento – aplicação do § 21 do art. 40 da Constituição Federal no cálculo do valor do recolhimento da contribuição previdenciária sobre os proventos da pensão;
- Requerimento – opção pela percepção do abono de permanência;
- Requerimento – solicitação de lotação provisória na 27ª Zona Eleitoral/São Francisco do Sul;
- Requerimento – (1) diferença de valores de diárias retroativos à edição da Resolução CNJ n. 73/2009; (2) diferença de uma hora não contabilizada no cálculo do serviço extraordinário; (3) aplicação retroativa do divisor de 175 horas mensais; e (4) Gratificação por Encargo de Curso;
- Requerimento – revisão das parcelas de quintos incorporadas;
- Requerimento – anulação do ato (Portaria P n. 4/2013) de reposicionamento que importou rebaixamento em dois padrões na carreira;
- Requerimento – servidor em exercício na Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Itajaí/SC para atuar como colaborador junto ao Cartório de Balneário Camboriú;
- Requerimento – desconto do PSSS sobre a Função Comissionada FC-1 e cálculo do montante da função percebida a partir de janeiro de 2013 para pagamento retroativo;
- Requerimento – exclusão de empréstimos consignados contratados junto ao Banco Cruzeiro do Sul S.A.;
- Requerimento – redução da jornada de trabalho com remuneração proporcional;
- Requerimento – desconto em folha de pensão alimentícia voluntária;
- Requerimento – solicitação de dispensa de registro de ponto por auxiliar eleitoral;
- Requerimento – direito de optar pelo enquadramento no cargo efetivo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Especialidade Segurança;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- Requerimento – enquadramento no cargo de Analista Judiciário – Área Judiciária;
- Pedido de reconsideração – aplicação retroativa do divisor de 175 horas mensais no cálculo do serviço extraordinário;
- Programa de estágio – possibilidade de, em caráter excepcional, disponibilizar mais de dois estagiários por zona eleitoral nas unidades do Estado envolvidas na biometria em 2013 e 2014;
- Programa de atualização vacinal dos servidores deste Tribunal;
- Programa de Preparação para Aposentadoria;
- Consulta a respeito da manutenção dos dependentes econômicos de servidores deste Tribunal no Plano de Assistência à Saúde (PAS), após a publicação da Portaria P n. 47, de 1º.2.2013;
- Consulta – continuidade do recolhimento do imposto de renda sobre o valor do auxílio pré-escolar;
- Consulta – aplicação da Resolução CNJ n. 156, de 8.8.2012, no âmbito deste Tribunal;
- Consulta – necessidade da entrega da Declaração de Bens e Rendas, na forma dos Anexos I e II da Instrução Normativa TCU n. 67/2011, por todos os servidores da Justiça Eleitoral, conforme Recomendação n. 10 da Corregedoria Nacional de Justiça do CNJ;
- Consulta – definição acerca dos servidores que fazem jus à percepção de adicional de insalubridade;
- Consulta sobre os índices de juros e correção monetária a serem aplicados às verbas em atraso pagas no âmbito do TRESC;
- Consulta a respeito da adoção de eventuais providências relativamente a decisões judiciais referentes à remoção de servidor para acompanhamento de cônjuge/companheiro;
- Consulta quanto à possibilidade legal de haver a retribuição pecuniária pelo exercício das atribuições dos cargos de CJ-3, CJ-2 e CJ-1;
- Sugestão de manutenção de duas faixas contributivas no Programa de Assistência à Saúde do Servidor (PAS), com a remessa ao novo Grupo de Trabalho para avaliação;
- Avaliação do primeiro trimestre do Programa de Assistência à Saúde do servidor (PAS);



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- Incidência de juros e correção monetária sobre valor referente à rubrica complemento de anuênio, determinada por decisão judicial, à servidora inativa;
- Estudos quanto à forma de atualização de parcelas de quintos;
- Designação de substituto para a chefia de cartório eleitoral;
- Relação de servidores que não forneceram o número de inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF de seus dependentes;
- Quadro de pessoal – situações críticas e deflagração de concurso de remoção;
- Quadro de pessoal – remanejamento de cargos para cartórios eleitorais do interior;
- Quadro de pessoal – destinação da vaga decorrente do desligamento de servidora da 59ª Zona Eleitoral/Urubici, para a 7ª Zona Eleitoral/Campos Novos;
- Quadro de pessoal – possibilidade de remanejamento dos cargos efetivos vagos de Técnico Judiciário da 33ª Zona Eleitoral (Tubarão) para a 61ª Zona Eleitoral (Seara); e (b) da Sede – vago em decorrência do desligamento do servidor –, para a 27ª Zona Eleitoral (São Francisco do Sul);
- Pedido Administrativo de não incidência de imposto de renda sobre o benefício “auxílio-creche”;
- Requisição de ex-funcionários de organismos da administração pública federal/estadual que foram desligados na época do governo Collor;
- Despachos e decisões em processos administrativos disciplinares e em sindicâncias;
- Remanejamento de cargo – Concurso de Remoção - Edital n. 5/2013;
- Proposta de alteração na Comissão de Cerimonial do TRESA;
- Solicitação de lotação de servidor no Cartório da 39ª Zona Eleitoral/Ituporanga;
- Reavaliação da norma referente ao serviço extraordinário – tempo despendido pelo servidor em deslocamentos em viagens realizadas a serviço – possibilidade de compensação;
- Análise e definição quanto ao uso do Manual de Perícia Oficial em Saúde do Servidor Público (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão) como referência, na íntegra ou parcialmente, no âmbito desta Corte;
- Análise dos autos e da minuta de resolução que alterou o § 1º do art. 3º da Resolução TRESA n. 7.376/2004, para definir o mandato do Diretor e do Vice-Diretor da EJESC



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

em um ano, bem como criou o cargo de Vice-Diretor da EJESC para suprir eventuais demandas nas ausências do Diretor;

- Análise dos autos e da minuta de resolução que alterou os critérios estabelecidos pelo art. 7º da Resolução TRESA n. 7.457/2005, nos casos de designação, em substituição, de Juiz Estadual que não detém a titularidade para atuar em processo eleitoral, cujo titular se declara impedido e/ou suspeito, sem que haja o afastamento do titular da jurisdição;
- Análise dos autos e da minuta de portaria que dispõe sobre a nova regulamentação da licença para capacitação no âmbito deste Tribunal e a revogação da Resolução TRESA n. 7.461/2006;
- Análise dos autos e da minuta de portaria que dispõe sobre acidente em serviço e a revogação da Resolução TRESA n. 7.324/2002;
- Análise dos autos e da minuta de portaria que dispõe sobre o controle da jornada de trabalho dos servidores do TRESA por meio de sistema eletrônico integrado com identificação biométrica;
- Análise dos autos e da minuta de portaria para alteração da Portaria P n. 286, de 16.11.2011, a fim de estabelecer o fluxo de procedimento de envio das autorizações prévias para a realização de serviço extraordinário e/ou horas além da jornada pelos servidores requisitados por Juiz Eleitoral;
- Análise dos autos e da minuta de portaria para inclusão de dispositivo na Portaria P n. 341, de 19.10.2009 — dispõe sobre a atuação, a tramitação e o arquivamento dos Procedimentos Administrativos na Sede do TRESA — a fim de prever prioridade na tramitação de procedimentos administrativos em que figure como parte ou interessado pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, ou pessoa portadora de deficiência, física ou mental, bem como de determinadas doenças e síndromes especificadas em lei.
- Análise dos autos e da minuta de resolução com vistas à revisão/atualização da Resolução TRESA n. 7.347/2003 que dispõe sobre o Processo Administrativo Disciplinar no âmbito do TRESA;
- Análise/revisão de minutas de resolução e/ou portaria relativas a matérias da SGP;
- Despachos diversos em expedientes encaminhados à SGP.

2.2.4 SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (STI):

- Revisão dos procedimentos atinentes à cessão de urnas eletrônicas;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- Redistribuição de eleitorado – cartórios da Capital;
- Análise dos autos e da minuta de resolução que dispõe sobre a Política de Segurança da Informação do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina;
- Análise dos autos e da minuta de resolução que dispõe sobre a revisão do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI);
- Análise dos autos e da minuta de portaria para a revisão dos procedimentos de cessão de urnas eletrônicas e a revogação da Resolução TRESA n. 7.010/1996;
- Análise/revisão de minutas de resolução e/ou portaria relativas a matérias da STI;
- Despachos diversos em expedientes encaminhados à STI;

2.2.5 COODENADORIA DE CONTROLE INTERNO (COCIN)

- Auditoria em Folha de Pagamento – exercício 2012;
- Auditoria em Folha de Pagamento e Serviço Extraordinário – Exercício 2011;
- Auditoria de Acompanhamento da Auditoria de Segurança da Informação – Exercício 2013;
- Auditoria de acompanhamento – sustentabilidade ambiental – Exercício 2012 – Proposta de regulamentação da Política de Sustentabilidade Ambiental 2012/2014;
- Auditoria em Procedimentos de Concessão de Benefícios – Exercício 2011;
- Análise/revisão de minutas de resolução e/ou portaria relativas a matérias da COCIN;
- Despachos diversos em expedientes encaminhados à COCIN.

2.2.6 CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL (CRE)

- Requerimento – revisão da competência para análise das contas anuais dos partidos políticos do Município de Criciúma;
- Análise dos autos e da minuta de resolução para a regulamentação definitiva a respeito da implantação da identificação biométrica de eleitores (Resolução TSE n. 23.061/2009);
- Análise/revisão de minutas de resolução e/ou portaria relativas a matérias da CRE;
- Despachos diversos em expedientes encaminhados à CRE.

3 MEMBROS DO TRIBUNAL



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

ELEIÇÃO E POSSE: em virtude do término do biênio do então Presidente desta Corte, Desembargador Luiz César Medeiros, fui eleito na sessão de 03 de dezembro de 2012, oportunidade em que Sua Excelência foi eleito Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral, tendo a sessão de posse sido realizada no dia 06 de fevereiro de 2013.

DOUTOR HÉLIO DO VALLE PEREIRA: em 08 de maio de 2013 tomou posse como juiz efetivo deste Tribunal, na categoria juiz de direito;

DOUTOR CARLOS VICENTE DA ROSA GÓES: em 08 de maio de 2013 tomou posse como juiz efetivo deste Tribunal, na categoria jurista;

DOUTOR RODRIGO BRISIGHELLI: em 16 de maio de 2013 tomou posse como juiz substituto deste Tribunal, na categoria jurista;

DOUTOR PAULO MARCOS DE FARIAS: em 17 de julho de 2013 tomou posse como juiz substituto deste Tribunal, na categoria juiz de direito;

DOUTOR FERNANDO VIEIRA LUIZ: em 02 de outubro de 2013 tomou posse como juiz substituto deste Tribunal, na categoria juiz de direito;

DOUTOR SÉRGIO ROBERTO BAASCH LUZ: em 19 de dezembro de 2013 tomou posse como juiz substituto deste Tribunal, na categoria desembargador;

DOUTOR VANDERLEI ROMER: em 19 de dezembro de 2013 tomou posse como juiz efetivo deste Tribunal, na categoria desembargador.

4 PORTARIAS NORMATIVAS DA PRESIDÊNCIA

Dentre as Portarias expedidas pela Presidência, merecem destaque as de caráter normativo:

- Portaria P n. 86, de 20 de fevereiro de 2013: Dispôs sobre o ressarcimento integral de despesa com saúde referente à vacinação contra os vírus da Hepatite B, do HPV e da Varicela (Catapora);
- Portaria P n. 99, de 1º de março de 2013: Dispôs sobre a transformação do cargo de Analista Judiciário - Área de Apoio Especializado - Especialidade Taquigrafia, vago em razão da aposentadoria da servidora Maria Cecy Ferreira Arrospide, no cargo de Analista Judiciário - Área de Apoio Especializado - Especialidade Arquivologia;
- Portaria P n. 122, de 18 de março de 2013: Estabeleceu instruções para a realização das eleições dos Juízes Eleitorais que iriam compor o Conselho de Gestão Estratégica e de Integração, nos termos do art. 3º da Resolução TRESA n. 7.876, de 06.03.2013;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- Portaria P n. 123, de 18 de março de 2013: Estabeleceu o Calendário Eleitoral para a escolha dos Juízes Eleitorais que iriam compor o Conselho de Gestão Estratégica e de Integração, nos termos do art. 3º da Resolução TRESA n. 7.876, de 06.03.2013;
- Portaria P n. 145, de 02 de abril de 2013: Dispôs sobre a delegação de competências ao Diretor-Geral e aos Secretários do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina;
- Portaria P n. 149, de 10 de abril de 2013: Dispôs sobre o ressarcimento integral de despesa com saúde referente à vacinação contra o vírus da Gripe (Influenza);
- Portaria P n. 198, de 17 de maio de 2013: Estabeleceu instruções para a realização das eleições dos representantes das Zonas Eleitorais que comporiam a Comissão Permanente de Comunicação e Integração, nos termos do art. 10 da Resolução TRESA n. 7.876, de 06.03.2013;
- Portaria P n. 199, de 17 de maio de 2013: Estabeleceu o Calendário Eleitoral para a escolha dos representantes das Zonas Eleitorais que comporiam a Comissão Permanente de Comunicação e Integração, nos termos do art. 10 da Resolução TRESA n. 7.876, de 06.03.2013;
- Portaria P n. 209, de 27 de maio de 2013: Nomeou os integrantes da Comissão Censitária que funcionará com o apoio executivo do Conselho Nacional de Justiça e terá o papel de mobilização interna e acompanhamento da execução do Censo na 1ª e 2ª instâncias deste Tribunal;
- Portaria P n. 213, de 03 de junho de 2013: Dispôs sobre os procedimentos de seleção de associações ou cooperativas de materiais recicláveis e/ou recicladores no âmbito deste Tribunal;
- Portaria P n. 221, de 06 de junho de 2013: Dispôs sobre a realização de plantão e o horário de expediente observado nas novas eleições para os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito que se realizaram em 4 de agosto de 2013 no Município de Ponte Serrada;
- Portaria P n. 229, de 11 de junho de 2013: Dispôs sobre a implantação do atendimento com a coleta de dados biométricos nos serviços ordinários de alistamento eleitoral da Central de Atendimento ao Eleitor de Florianópolis/SC;
- Portaria P n. 237, de 18 de junho de 2013: Dispôs sobre concessão, distribuição e prestação de contas do auxílio-alimentação destinado às eleições suplementares no Município de Ponte Serrada;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- Portaria P n. 247, de 05 de julho de 2013: Dispôs sobre a implementação do Processo Administrativo Eletrônico - PAE, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina;
- Portaria P n. 256, de 24 de julho de 2013: Dispôs sobre a alteração do anexo da Resolução TRESA n. 7.863, de 31.07.2012, para a exclusão dos Municípios de Ponte Serrada, Passos Maia e Vargeão como agregados à Região Metropolitana de Chapecó;
- Portaria P n. 269, de 05 de agosto de 2013: Regulamentou a licença para capacitação no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina;
- Portaria P n. 280, de 26 de agosto de 2013: Instituiu o Programa Compartilhando Saberes no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina;
- Portaria P n. 294, de 23 de setembro de 2013: Dispôs sobre a concessão de licença por acidente em serviço no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina;
- Portaria P n. 295, de 25 de setembro de 2013: Dispôs sobre o controle da jornada de trabalho dos servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina por meio de sistema eletrônico integrado com identificação biométrica;
- Portaria P n. 300, de 30 de outubro de 2013: Alterou os arts. 4º e 6º da Portaria P n. 145, de 02.04.2013, que dispõe sobre a delegação de competências ao Diretor-Geral e aos Secretários do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina;
- Portaria P n. 303, de 09 de outubro de 2013: Dispôs sobre a alteração do art. 5º da Portaria P n. 286, de 16.11.2011, que disciplina a prestação de serviço extraordinário e compensação de horas laboradas além da jornada de trabalho por servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina;
- Portaria P n. 307, de 26 de novembro de 2013: Fixou a jornada de trabalho a ser cumprida pelos servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina no mês de janeiro de 2014;
- Portaria P n. 309, de 21 de outubro de 2013: Reconduziu, por mais 1 (um) ano, com efeitos retroativos a partir de 17.07.2013, o Doutor Luiz Henrique Martins Portelinha, Juiz efetivo, categoria Juiz de Direito, para exercer as atribuições de Ouvidor substituto no âmbito deste Tribunal;
- Portaria P n. 313, de 04 de novembro de 2013: Dispôs sobre o procedimento a ser adotado no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina acerca das solicitações de cessão de urnas e sistema de votação específico, por empréstimo, em eleições comunitárias;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- Portaria P n. 317, de 11 de novembro de 2013: Dispôs sobre a escala de plantão dos Juízes do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina no feriado previsto no art. 62, inciso I, da Lei n. 5.010, de 30.05.1966, na circunscrição de Santa Catarina;
- Portaria P n. 324, de 21 de novembro de 2013: Dispôs sobre a restrição temporária da eficácia do § 1º do art. 3º da Portaria P n. 295/2013 às situações de registro de eventuais ausências temporárias que, autorizadas pelo titular da unidade, impliquem a respectiva compensação das horas devedoras;
- Portaria P n. 326, de 22 de novembro de 2013: Dispôs sobre a alteração do § 1º do art. 10 e do § 3º do art. 21 da Portaria P n. 286, de 16.11.2011, que disciplina a prestação de serviço extraordinário e a compensação de horas laboradas além da jornada de trabalho por servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina;
- Portaria P n. 340, de 02 de dezembro de 2013: Dispôs sobre a inclusão da "Seção VIII - Prioridade na Tramitação", composta pelo art. 28-A, no "Capítulo II - Da Tramitação" da Portaria P n. 341, de 19.10.2009 — disciplina a autuação, a tramitação e o arquivamento dos Procedimentos Administrativos na Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina;
- Portaria P n. 344, de 03 de dezembro de 2013: Fixou, em caráter excepcional, o horário de expediente da Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina e dos cartórios eleitorais do Estado no mês de janeiro de 2014;
- Portaria P n. 353, de 09 de dezembro de 2013: Tornou público que os prazos judiciais, cujos vencimentos ocorressem no período de 20 de dezembro de 2013 a 19 de janeiro de 2014, ficariam prorrogados para o dia 20 de janeiro de 2014;
- Portaria P n. 365, de 16 de dezembro de 2013: Alterou a escala de plantão dos Juízes do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, estabelecida pela Portaria P n. 317/2013, para o feriado previsto no art. 62, inciso I, da Lei n. 5.010, de 30.05.1966, na circunscrição de Santa Catarina;
- Portaria P n. 07, de 15 de janeiro de 2014: Revogou o § 1º do art. 23 da Portaria P n. 286, de 16.11.2011, que dispõe sobre a prestação de serviço extraordinário e a compensação de horas laboradas além da jornada de trabalho por servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, lotados na sede e nos cartórios eleitorais desta circunscrição;
- Portaria P n. 12, de 20 de janeiro de 2014: Instituiu o Guia de publicação de conteúdo no *site* institucional do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina.

5 RESOLUÇÕES NORMATIVAS



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

As resoluções normativas que o Tribunal entendeu necessárias para assegurar a regularidade dos serviços eleitorais e administrativos no âmbito de sua competência foram as seguintes:

- Resolução n. 7.876, de 06 de março de 2013: Instituiu o Conselho de Gestão Estratégica e de Integração da Justiça Eleitoral de Santa Catarina;
- Resolução n. 7.877, de 03 de abril de 2013: Autorizou a realização de concurso público para o quadro de pessoal do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, visando à formação de cadastro de reserva para os cargos de Analista Judiciário - Área Judiciária; Analista Judiciário - Área Administrativa; e Técnico Judiciário - Área Administrativa; bem como para o preenchimento do cargo vago de Analista Judiciário - Área de Apoio Especializado - Especialidade Arquivologia, e dos que vierem a surgir durante o prazo de sua validade;
- Resolução n. 7.878, de 08 de abril de 2013: Alterou o art. 7º da Resolução TRESA n. 7.457, de 05.12.2005, que define critérios para o exercício da jurisdição eleitoral em primeiro grau na circunscrição de Santa Catarina;
- Resolução n. 7.879, de 13 de maio de 2013: Estabeleceu instruções para a realização de novas eleições para os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito nos municípios onde a nulidade da votação, nas Eleições de 2012, atingiu mais de 50% dos votos válidos e cujos candidatos tiveram seus registros indeferidos por decisão colegiada do Tribunal Superior Eleitoral, ou cassados por decisão sem efeito suspensivo até 03 de junho de 2013, e aprovou o respectivo Calendário Eleitoral;
- Resolução n. 7.880, de 20 de maio de 2013: Alterou os arts. 3º e 5º da Resolução TRESA n. 7.376, de 27.04.2004, que dispõe sobre a criação e a implantação da Escola Judiciária Eleitoral no Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina;
- Resolução n. 7.881, de 27 de maio de 2013: Dispôs sobre os procedimentos a serem adotados para a realização das comunicações e registro de informações relativas à desaprovação ou não apresentação das contas pelos partidos políticos e para a realização das comunicações relativas às transferências intrapartidárias de recursos, e alterou o inciso II e o parágrafo único do art. 3º, e o art. 8º da Resolução TRESA n. 7.821, de 11.04.2011;
- Resolução n. 7.882, de 03 de junho de 2013: Dispôs sobre a arrecadação e a aplicação de recursos na campanha eleitoral por partidos políticos, candidatos e comitês financeiros, bem como a prestação de contas das novas eleições para os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito, nos municípios onde os candidatos mais votados que tiveram seus registros indeferidos, por decisão definitiva da Justiça Eleitoral ou cassados por decisão sem efeito suspensivo, receberam mais de 50% dos votos válidos nas Eleições de 2012, cuja determinação se dê até 03.06.2013.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- Resolução n. 7.883, de 12 de junho de 2013: Regulamentou o Programa de Estágio para Estudantes no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina;
- Resolução n. 7.884, de 10 de junho de 2013: Dispôs sobre revisões do eleitorado e atendimento ordinário mediante coleta de dados biométricos no Estado de Santa Catarina;
- Resolução n. 7.885, de 17 de junho de 2013: Alterou a Resolução TRESA n. 7.877, de 03.04.2013, que autoriza a realização de concurso público para o quadro de pessoal do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina;
- Resolução n. 7.886, de 15 de julho de 2013: Dispôs sobre a execução do Planejamento Estratégico da Justiça Eleitoral (PEJE), definido na Resolução TSE n. 23.371/2011, bem como de suas metas e ações estratégicas;
- Resolução n. 7.888, de 02 de setembro de 2013: Alterou o art. 4º da Resolução TRESA n. 7.787, de 30.06.2010, que dispõe sobre a indenização de transporte aos oficiais de justiça designados para cumprimento de mandados provenientes da Justiça Eleitoral de Santa Catarina;
- Resolução n. 7.889, de 16 de setembro de 2013: Alterou o artigo 22 da Resolução TRESA n. 7.847, de 12.12.2011 (Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina);
- Resolução n. 7.890, de 16 de setembro de 2013: Alterou os artigos 30 e 62 da Resolução TRESA n. 7.545, de 17.09.2007 (Regulamento Interno da Estrutura Orgânica do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina);
- Resolução n. 7.892, de 23 de setembro de 2013: Dispôs sobre a Política de Sustentabilidade Ambiental do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, bem como seus objetivos, metas e ações estratégicas;
- Resolução n. 7.893, de 21 de outubro de 2013: Instituiu o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) para o período de 2013-2014, e alterou os artigos 1º, 2º, 3º e 4º da Resolução TRESA n. 7.776, de 29.03.2010, que instituiu o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina;
- Resolução n. 7.894, de 21 de outubro de 2013: Estabeleceu a Política de Segurança da Informação do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina;
- Resolução n. 7.895, de 04 de novembro de 2013: Alterou o art. 52 da Resolução TRESA n. 7.838, de 28.11.2011, que dispõe sobre o funcionamento da Justiça Eleitoral de Santa Catarina durante o período de recesso forense, previsto no art. 62, I, da Lei n. 5.010, de 30.05.1966;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- Resolução n. 7.897, de 02 de dezembro de 2013: Dispôs sobre o controle da disciplina no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina;
- Resolução n. 7.898, de 02 de dezembro de 2013: Regulamentou a recomposição das 12ª, 13ª, 100ª e 101ª Zonas Eleitorais, sediadas na Capital do Estado de Santa Catarina.
- Resolução n. 7.899, de 16 de dezembro de 2013: Dispôs sobre Plano de Obras do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina para o biênio 2014-2015;
- Resolução n. 7.900, de 16 de dezembro de 2013: Aprovou a Carta de Serviços do 2º Grau da Justiça Eleitoral de Santa Catarina;
- Resolução n. 7.901, de 16 de dezembro de 2013: Alterou o inciso XIII do artigo 30 da Resolução TRESA n. 7.545, de 17.09.2007 (Regulamento Interno da Estrutura Orgânica do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina);
- Resolução n. 7.902, de 27 de janeiro de 2014: Disciplinou o Programa de Gestão Documental na Justiça Eleitoral de Santa Catarina;
- Resolução n. 7.903, de 27 de janeiro de 2014: Alterou a Resolução TRESA n. 7.863, de 25.7.2012, que dispõe sobre a concessão de diárias, passagens e meios de transporte no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina;
- Resolução n. 7.904, de 27 de janeiro de 2014: Instituiu o Mural Eletrônico na Justiça Eleitoral de Santa Catarina como meio oficial de publicação das decisões judiciais que não exijam a publicação no *DJES* durante o período eleitoral;
- Resolução n. 7.905, de 27 de janeiro de 2014: alterou os arts. 9º e 22 da Resolução TRESA n. 7.801, de 28.07.2010, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados para o desfazimento de materiais inservíveis, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina.

6 DESTAQUES DAS UNIDADES ORGÂNICAS DE ASSISTÊNCIA DIRETA E IMEDIATA À PRESIDÊNCIA

6.1 ASSESSORIAS JURÍDICAS DA PRESIDÊNCIA

As Assessorias Jurídicas, cujas atribuições são estabelecidas no art. 13 da Resolução TRESA n. 7.545, de 17.9.2007 (Regulamento Interno da Estrutura Orgânica do TRESA), prestaram assessoramento direto à Presidência em seus atos de gestão atinentes ao desempenho de suas atribuições legais e regimentais; dirigiram, orientaram e coordenaram as atividades da unidade com vistas ao pronto e permanente atendimento à Presidência; realizaram estudos jurídicos e emitiram pareceres em procedimentos administrativos e em processos judiciais, quando determinado pela Presidência;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

subsidiaram com pesquisas, análises e informações os despachos da Presidência nos recursos especiais e ordinários; elaboraram minutas de despachos a serem submetidas à apreciação da Presidência; analisaram minutas de atos normativos que envolvem matéria administrativa e eleitoral de interesse do Tribunal, na esfera de sua competência; sugeriram a elaboração de ato normativo sobre matérias relacionadas à área de atuação das assessorias; prepararam documentação necessária para subsidiar o Presidente quando de sua participação nos encontros do Colégio de Presidentes; subsidiaram a Presidência com a prestação de informações relativas a ações judiciais e reclamações administrativas para a Advocacia-Geral da União, Conselho Nacional de Justiça, Tribunal de Contas da União, Ministério Público Federal, Corregedoria Regional Eleitoral, Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal Regional Eleitoral e outros órgãos públicos e entidades particulares; apreciaram procedimentos administrativos oriundos da Secretaria de Administração e Orçamento, da Secretaria de Gestão de Pessoas, da Secretaria de Tecnologia da Informação, da Coordenadoria de Controle Interno e da Corregedoria Regional Eleitoral, bem como processos judiciais, provenientes da Secretaria Judiciária, abrangendo todas as matérias mencionadas no item 2 deste relatório, além de analisarem, diariamente, os mais variados documentos encaminhados à Presidência, com vistas a oferecer subsídios para as decisões desta autoridade e executarem outras atividades correlatas determinadas pela Presidência.

6.2 ASSESSORIA DE IMPRENSA, COMUNICAÇÃO SOCIAL E CERIMONIAL

Em 2013, a Assessoria de Imprensa Comunicação Social e Cerimonial - AICSC procedeu à elaboração do “Plano de Comunicação do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina”, com as diretrizes estabelecidas no planejamento, aliadas a novas demandas.

Foi criada a Carta de Serviços da AICSC, no intuito de levar ao conhecimento das demais unidades e cartórios eleitorais, quais efetivamente são os serviços prestados pela assessoria e de que maneira eles poderiam usufruí-los.

Relevante destacar a participação direta da assessoria no Ciclo de Debates promovido pela Escola Judiciária Eleitoral de Santa Catarina, notadamente na organização e divulgação dos eventos realizados.

Outros programas, como o “Compartilhando Saberes” da Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento e o “Conexão TRE”, esse último reeditado em diversas oportunidades com temas diversificados, tiveram estreita participação da AICSC e, sem dúvida, protagonizaram trocas de experiências e conhecimentos entre os servidores, constituindo-se ainda em importante fator de integração.

6.2.1 SEÇÃO DE IMPRENSA

Merecem destaque: a publicação, na página do TRESA, na *web*, de 863 notícias relacionadas com a Justiça Eleitoral catarinense (107 acompanhadas por vídeos), envolvendo conteúdos sobre julgamentos do Pleno, dos Juízes Eleitorais, notícias



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

institucionais, retomada do processo biométrico no Estado, informações direcionadas aos eleitores, campanhas etc; a publicação, na intranet, de 950 matérias jornalísticas, sendo 106 acompanhadas de vídeos; a disponibilização de 93 notícias do Tribunal Superior Eleitoral no *site*, com abordagens envolvendo temas de relevância para esta Justiça especializada; a segmentação especial na forma de apresentação das notícias produzidas, destacando separadamente as decisões judiciais de 1º e 2º Grau, que passaram a integrar uma *newsletter* denominada “Decisões em Foco”, enviada semanalmente para o *mailing* dos servidores e da imprensa; o TRE Notícias, que destacou os vídeos produzidos e as notícias institucionais, passando a ser produzido quinzenalmente; o acompanhamento de todas as sessões de julgamentos do Pleno, bem como das decisões dos juízes eleitorais do Estado publicadas no *Diário da Justiça Eleitoral de Santa Catarina*, cujos acórdãos e sentenças relevantes serviram de base para a produção de *releases* publicados no *site* e disponibilizados para os veículos de comunicação do estado e do país que estão cadastrados no *mailing*; a atualização constante do *mailing* de imprensa do TRESA, obtendo o registro de novos endereços eletrônicos de veículos de comunicação (rádios, TVs, *sites*, *blogs*, jornais e profissionais jornalistas); a postagem, no *twitter*, de quase 1.000 mensagens, acompanhadas por 3.843 seguidores, com a priorização da instantânea divulgação de notícias sobre os julgamentos e demais acontecimentos do TRESA, de relevância para a imprensa, o que determinou os contatos diretos feitos por jornalistas via telefone; a postagem, no *facebook*, de um total de 683 matérias jornalísticas produzidas pela Assessoria; o agendamento de 67 entrevistas, por meio das quais se esclareceu dúvidas dos repórteres, exigindo da Unidade a atualização de pesquisas e consultas às unidades detentoras da informação técnica, além do acompanhamento do trabalho na sede do Tribunal; o acompanhamento, com o apoio da empresa contratada Studio Clipagem, das notícias relacionadas com o TRESA e veiculadas em jornais, rádios e TVs estaduais; o acompanhamento e o apoio a jornalistas quando da realização de coberturas e divulgação de eventos realizados na sede do TRESA, a exemplo de posses da Corte, visitas institucionais, reuniões etc.

6.2.2 COMUNICAÇÃO SOCIAL

Das atividades desenvolvidas, sobressaem:

O **Informativo Entrenós**, antes composto por duas reportagens em vídeo e seis matérias escritas, passou a ser completamente audiovisual, em formato de programa de TV. As alterações fizeram parte de um plano de comunicação mais amplo. Foi realizado um estudo a fim de converter as seções antigas do informativo para o novo formato, sem perder as áreas destinadas aos classificados, aniversariantes e enquetes. Além disso, ocorreu uma reformulação completa da imagem, com nova vinheta, trilhas sonoras e identidade gráfica diferenciada. Ao todo, foram 14 edições, com aproximadamente 42 reportagens em vídeo de 5 minutos de duração cada, sendo que em todas elas participaram servidores, tanto da sede como das zonas eleitorais. A fim de incluir ainda mais os participantes do interior, a edição 137 foi completamente rodada no Oeste do Estado, contando com entrevistas de servidores de Xanxerê, Chapecó e Itapiranga.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

O **informativo TRE Notícias**, que abordou os temas institucionais de relevância para o público interno e/ou externo, sendo que a equipe da AICSC manteve contato com representantes de cada setor, a fim de buscar temas que compusessem as pautas semanais.

Para os seguintes eventos foi elaborada campanha de divulgação: Campanha do Agasalho; Campanha do Material Escolar; Dia Internacional da Mulher; Dia das Mães; Dia dos Pais; Dia do Servidor Público; Natal e Ano Novo; Agenda Ambiental; Censo CNJ; Eleitor Jovem; Atendimentos volantes; Revisões Eleitorais; Fechamento do Cadastro.

A Comunicação Social produziu **vídeos institucionais** instrutivos ou informativos, com formato diferenciado da notícia e maior duração, a fim de detalhar um determinado tema. Desses, destaque: Ponto Eletrônico; Portal da Biblioteca; Conexão TRE; Ouvidoria; Plano de Comunicação; Biometria - EAD - Sensibilização; Biometria - EAD - Coleta dos Dados e Biometria - EAD - Fluxo de Atendimento.

6.2.3 CERIMONIAL

O Cerimonial foi responsável pela organização e realização de solenidades de posse de Juízes da Corte, na sala de sessões deste Tribunal, tendo acompanhado também a posses de juízes substitutos, realizadas na sala do conselho.

Realizou, ao longo de 2013, dois eventos beneficentes: **(1)** Campanha do Material Escolar, no período de 14 de fevereiro a 09 de março, que contou com a participação dos servidores da Casa na doação de materiais novos e usados e, ainda, contribuição pecuniária destinada à aquisição de produtos escolares novos, sendo contemplado o Centro de Educação Infantil São Judas Tadeu, localizado no Município de São José; e **(2)** Campanha do Agasalho, no período de 16 a 27 de junho, destinada à arrecadação, junto aos servidores do TRE, de doativos novos e/ou usados, que foram doados à Casa Espírita Recanto de Luz, cuja entidade assistencial a ela vinculada é o CEAFFIS - Centro de Apoio à Formação Integral do Ser, situada na região limítrofe dos Municípios de Florianópolis e São José.

Auxiliou nos seguintes eventos: I Encontro Ambiental do TRESA, realizado na sala de sessões deste Tribunal; Ciclo de Debates 2013, promovido pela Escola Judiciária Eleitoral de Santa Catarina, ocorrido nos Auditórios da Ordem dos Advogados do Brasil/Seção de Santa Catarina, da Justiça Federal e do Tribunal de Contas do Estado; e na Reunião de Gestores de 1º Grau da Justiça Eleitoral, nas cidades de Criciúma, Florianópolis, Joinville, Concórdia e Chapecó, respectivamente.

6.2.4 RECURSOS MULTIMÍDIA

A equipe dos Recursos Multimídia executou diversos serviços ao longo de 2013, dos quais se destacam: transmissão e gravação de 90 sessões ordinárias e solenes do Pleno; transmissão das sessões do pleno pelo canal TRESA, no *Youtube*, produção de 5 vídeos institucionais; reformulação da identidade visual do TRE Notícias; produção de 95 edições do TRE Notícias, sendo 12 edições selecionadas pelo núcleo de TV do TSE para serem veiculadas na TV Justiça; reformulação da identidade visual do Informativo



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Entrenós passando para o formato de programa; co-produção, em parceria com a Comunicação Social, de 13 edições do Programa Entrenós; gravação e edição de eventos diversos, como cursos ministrados no TRESA; suporte técnico em multimídia a 82 eventos de treinamento e/ou reuniões na sala de múltiplo uso; realização e co-produção de 4 edições do Conexão TRE; ampliação do banco de imagens Picasa; execução de 35 itens de serviços diversos de artes gráficas; aquisição de novos equipamentos multimídia; e Reforma da Central de Áudio e Vídeo para transmissão e gravação das sessões do Pleno.

6.3 COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO

A Coordenadoria de Controle Interno tem como objetivos fundamentais, definidos pela Carta Constitucional, comprovar a legalidade e avaliar os resultados da gestão orçamentária, financeira, operacional e patrimonial, visando à racionalização da despesa, à eficiência, eficácia e efetividade dos atos de gestão, apoiando o controle externo no exercício de sua função institucional.

Obedecendo à legislação eleitoral em vigor, foram também examinadas as prestações de contas anuais e de campanha eleitoral relativa ao pleito de 2012 dos órgãos estaduais dos partidos políticos, com a finalidade de subsidiar tecnicamente a apreciação judicial de tais contas.

6.3.1 SEÇÃO DE ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO DE GESTÃO E AUDITORIA – ÁREA DE PESSOAL

a) Execução do Plano Anual de Atividades de Auditoria – Exercício de 2013, nas seguintes áreas: (1) Secretaria de Administração e Orçamento: alimentação de mesários; concessão de diárias e indenização de transporte de Oficiais de Justiça; (2) Secretaria de Gestão de Pessoas: folha de pagamento dos servidores ativos, inativos, pensionistas, juizes membros, juizes eleitorais e promotores; folha de pagamento dos servidores ativos e requisitados – jornada extraordinária relativa ao período eleitoral de 2012; b) encaminhamento de Matriz de Procedimento para avaliação da estrutura de controles internos, em atendimento às Ações Coordenadas de Auditoria do Conselho Nacional de Justiça – CNJ; c) elaboração de papéis de trabalho para a aplicação do programa de auditoria; d) preparação e seleção das amostras para auditorias; e) identificação dos achados de auditoria e adoção de medidas com vistas às reuniões para apresentação preliminar dos achados; f) realização das reuniões para apresentação do relatório preliminar dos achados de auditoria, conclusões e recomendações potenciais; g) acompanhamento das providências adotadas pela unidade auditada; h) elaboração e apresentação dos relatórios de auditorias; i) acompanhamento das auditorias realizadas nos exercícios anteriores; e j) controle prévio em procedimentos da área de pessoal submetidos pela Administração para essa finalidade.

6.3.2 SEÇÃO DE ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO DE GESTÃO E AUDITORIA – ÁREA ADMINISTRATIVA



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

a) Execução do Plano Anual de Atividades de Auditoria – Exercício de 2013, nas seguintes áreas: (1) Secretaria de Administração e Orçamento: obras públicas e aquisições, contratações de serviços e convênios – Exercício 2013; administração orçamentária e financeira – Exercício 2013; e sustentabilidade ambiental; (2) Secretaria de Tecnologia da Informação: Tecnologia da Informação (tópicos inseridos em atendimento às ações coordenadas de auditoria do Conselho Nacional de Justiça – CNJ); e avaliação de controles internos – nível de atividade: preparação de urnas eletrônicas; b) encaminhamento de Matriz de Procedimento para avaliação da estrutura de controles internos, em atendimento às ações coordenadas de auditoria do Conselho Nacional de Justiça – CNJ; c) elaboração de papéis de trabalho para a aplicação do programa de auditoria; d) preparação e seleção das amostras para auditorias; e) identificação dos achados de auditoria e adoção de medidas com vistas às reuniões para apresentação preliminar dos achados; f) realização das reuniões para apresentação do relatório preliminar dos achados de auditoria, conclusões e recomendações potenciais; g) acompanhamento das providências adotadas pela unidade auditada; h) elaboração e apresentação dos relatórios de auditorias; i) acompanhamento das auditorias realizadas nos exercícios anteriores; j) controle prévio em relação aos seguintes procedimentos: dispensas e inexigibilidades de licitação cujos valores sejam superiores a R\$ 8.000,00, à exceção daqueles que versarem sobre contratações de treinamento e capacitação; licitações cujos valores sejam superiores a R\$ 50.000,00; k) análise quanto à abrangência e completude do Relatório de gestão de 2012, encaminhado ao Tribunal de Contas da União em 31.05.2013; l) atendimento às diligências do Tribunal de Contas da União e do Conselho Nacional de Justiça; e m) verificação da exatidão e da suficiência dos dados relativos à admissão, ao desligamento de pessoal e à concessão de aposentadorias e pensões, submetendo os resultados à apreciação e julgamento do Tribunal de Contas da União, para fins de registro.

6.3.3 SEÇÃO DE EXAMES DE CONTAS ELEITORAIS E PARTIDÁRIAS

a) emissão de pareceres com o objetivo de avaliar a regularidade das contas prestadas pelos órgãos estaduais dos partidos políticos ao Tribunal Regional Eleitoral; b) encaminhamento de informações às zonas eleitorais do Estado acerca da distribuição de recursos do Fundo Partidário aos diretórios municipais dos partidos pelos respectivos órgãos estaduais, com vistas à instrução dos processos de prestação anual de contas dos entes partidários beneficiados; c) orientação a zonas eleitorais e a partidos políticos, buscando dirimir dúvidas pertinentes às contas anuais partidárias; d) acompanhamento e divulgação às zonas eleitorais das normas legais vigentes e do entendimento jurisprudencial firmado pelos Tribunais Eleitorais, Superior e TRESC; e) orientação a zonas eleitorais acerca das normas legais referentes às eleições suplementares no tocante às prestações de contas; f) emissão de pareceres com o objetivo de avaliar a regularidade das contas de campanha eleitoral prestadas à Justiça Eleitoral pelos diretórios estaduais dos partidos políticos, relativas às Eleições 2012; e g) orientação a zonas eleitorais em relação à implantação do SICO – Sistema de Informação de Contas.

6.3.4 SEÇÃO DE ANÁLISE CONTÁBIL



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

a) elaboração e revisão dos papéis de trabalho, a fim de instrumentalizar a análise dos procedimentos administrativos submetidos a seu exame, fundamentando a emissão dos pareceres; b) conferência dos relatórios periódicos de movimentação dos bens móveis e do material no almoxarifado do Tribunal, bem como dos respectivos inventários, inclusive dos bens imóveis, com os registros efetivados no Sistema de Administração Financeira da União – SIAFI; c) análise prévia e parecer nos procedimentos de pagamentos físicos e eletrônicos (BREVE) de maior complexidade submetidos à sua apreciação, sob os aspectos financeiro e contábil; d) conferência do Relatório de Gestão Fiscal – RGF, elaborado pela COFIC - Coordenadoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade; e) conformidade contábil no exercício da fiscalização dos atos de gestão praticados pelos ordenadores de despesa do Tribunal, informando à unidade gestora executora eventuais restrições; f) validação dos registros contábeis efetuados pelas Unidades Gestoras Executoras do Tribunal no SIAFI, em confronto com os documentos originários, solicitando os ajustes cabíveis; e g) suporte técnico-financeiro e contábil às demais Seções da Coordenadoria.

7 OUVIDORIA

A Ouvidoria foi dirigida pelo Juiz Marcelo Ramos Peregrino Ferreira até 11.12.2013, tendo como Ouvidor substituto o Juiz Luiz Henrique Martins Portelinha.

Visando facilitar e otimizar a comunicação entre a sociedade e a Justiça Eleitoral, foram traçadas diversas ações conforme planejamento anual enviado pela Ouvidoria, destacando-se, em síntese, a consecução das seguintes providências: a) adequação de instalações físicas apropriadas para o serviço e atendimento ao público, lotação e qualificação de servidor, melhorias na página da Ouvidoria na internet e ajustes do sistema informatizado; b) publicidade dos serviços, com a renovação do material impresso (cartaz, folder e carta-resposta), divulgação institucional (internet e vídeo), sensibilização dos servidores por meio de palestras; c) intercâmbio com outras ouvidorias, participação em eventos do Colégio de Ouvidores e, no âmbito interno, melhor interação com as demais unidades do Tribunal visando a solução das demandas.

Além de gerenciar as manifestações dos eleitores, as quais incluem denúncia, elogio, reclamação e sugestão, relacionadas à esfera judicial e às atividades administrativas da Justiça Eleitoral catarinense, a Ouvidoria também serviu de canal aos pedidos de informações de acordo com a Lei n. 12.527/2011 (Lei de acesso às informações públicas).

Abaixo os acessos e o tempo médio para o tratamento das demandas.

Mês	Acessos	Não admitidos	Tempo médio para o tratamento (em dias)
Fevereiro	71	11	9
Março	81	13	8
Abril	187	14	5
Mail	60	9	3
Junho	110	11	3



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Julho	135	6	3
Agosto	165	7	2
Setembro	80	4	2
Outubro	98	4	2
Novembro	31	4	2
Dezembro	119	17	4
Janeiro	78	5	2

8 ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL JUIZ IRINEU JOÃO DA SILVA

Algumas das ações da Escola Judiciária Eleitoral Juiz Irineu João da Silva - EJESC que merecem destaque são:

8.1 Ciclo de Debates 2013 – Direito Eleitoral e Reforma Política

Com o propósito de discutir/abordar grandes temas, em especial, aqueles vinculados ao Direito Eleitoral e Reforma Política, das inovações e alterações da legislação eleitoral e suas repercussões ao exercício da cidadania, foi concebido o projeto Ciclo de Debates 2013, dividido em 6 eventos. O programa contou com a participação de ilustres personalidades dos meios jurídico, acadêmico e político. O evento teve como público-alvo juízes e promotores eleitorais, advogados, servidores públicos, em especial da Justiça Eleitoral, representantes de partidos políticos, pesquisadores, corpo docente e acadêmicos, imprensa especializada, dentre demais interessados.

Merece destaque o fato de que todos os módulos foram transmitidos ao vivo por meio do CanalTRESC no YouTube, e, assim, permanecerão disponíveis para visualização, permitindo webespectadores. Esta inovação ampliou sobremaneira o alcance do projeto.

Com inscrição gratuita, realizada no *site* da EJESC para assistir ao evento presencialmente, a ação teve também um propósito social: sugeriu-se a entrega pelo participante, no dia e local do evento, de um livro ou de um quilo de alimento não perecível ou de um agasalho. Os itens recebidos foram doados para obras assistenciais do Padre Vilson Groh, os quais foram divididos entre o Centro Educacional Infantil Nossa Senhora do Mont Serrat - Sociedade Divina Providência, Casa de Acolhimento de Crianças Darci Vitória de Brito e Casa dos Moradores de Rua.

Aos inscritos que compareceram e aos webespectadores que encaminharam por meio eletrônico resenha de cada módulo foi expedido certificado de participação. No total, a EJESC emitiu 486 certificados.

O projeto Ciclo de Debates 2013 contou com apoio institucional do Ministério Público de Santa Catarina; Centro de Ciências Jurídicas da UFSC; Academia Judicial do TJ/SC; Escola Superior de Advocacia da OAB/SC; Seção Judiciária da Justiça Federal em Santa Catarina; e do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

8.2 II Concurso de Redação



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

A EJESC repetiu em 2013 uma ação exitosa de 2012, objetivando conscientizar e engajar jovens, em especial, aqueles da rede de ensino, estudantes de 12 a 17 anos, com o propósito de estimular a reflexão e a argumentação sobre a política no cotidiano das pessoas e suas consequências.

O II Concurso de Redação mobilizou alunos de escolas de Santa Catarina. Cerca de 2.100 redações foram inscritas, oriundas de 83 municípios, todas redigidas por estudantes, separadas em quatro categorias: escola pública e escola particular (divididas entre alunos de 12 a 14 anos e de 15 a 17 anos). Os discentes foram estimulados a criar um texto argumentativo discorrendo sobre "O que é cidadania" e "Qual a importância do Voto?" respectivamente. Deste conjunto, 152 textos foram selecionados para concorrer em âmbito estadual, os quais foram submetidos a uma gabaritada Comissão Julgadora convidada.

Seus autores receberam o Certificado de Honra ao Mérito - Amigo da Justiça Eleitoral das mãos do Juiz(a) Eleitoral e automaticamente passaram a participar do concurso em âmbito estadual, concorrendo à premiação destinada aos quatro primeiros colocados em cada categoria, como melhor redação de Santa Catarina.

O autor do texto selecionado em primeiro lugar em cada categoria recebeu além do certificado de honra ao mérito um notebook como forma de incentivo aos estudos. A cerimônia ocorreu no dia 25 de novembro, em Florianópolis, na Corte Eleitoral Catarinense, com convite estendido aos pais e à Direção da escola ao qual referido aluno está vinculado.

8.3 I Concurso Cultural Fotográfico

Objetivando desenvolver uma atividade cultural, artística e recreativa, difundindo a cultura fotográfica e descobrindo a visão que os colaboradores têm sobre o tema "Justiça Eleitoral. Uma Visão Interna", a EJESC promoveu essa ação, dirigida àqueles que desempenham funções na Justiça Eleitoral catarinense: servidores (sede e zonas eleitorais), juízes e promotores eleitorais, auxiliares, estagiários e terceirizados.

Dentre as imagens submetidas, foram escolhidas inicialmente as 26 que melhor representam o tema definido na visão da Comissão Julgadora, formada também por pessoas que desempenham funções no TRESA.

As fotografias integraram um portfólio eletrônico e seus autores receberam o Certificado de Honra ao Mérito Amigo da Justiça Eleitoral.

Dentre estas 26 imagens pré-selecionadas foram escolhidas, também pelo voto da referida Comissão, as 03 (três) melhores, cujos autores foram convidados a participar de uma cerimônia de certificação e premiação na sede do TRESA.

Esta ação contou com o apoio institucional da Receita Federal/Florianópolis.

8.4 Realização de convênios com escolas e/ou institutos congêneres

Com vistas a estabelecer intercâmbio de conhecimentos, informações e experiências, visando à formação, ao aperfeiçoamento e à especialização de recursos



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

humanos, e ao desenvolvimento institucional e a promoção de ações, programas ou projetos de interesse comum, foram celebrados os seguintes convênios:

- 1º Termo Aditivo ao Protocolo de Intenções celebrado com a Assembleia Legislativa de Santa Catarina – ALESC (CL n. 002/2008-01), que tem por finalidade prorrogar sua vigência pelo período compreendido entre 07/02/2013 e 31/12/2017;
- Termo de Parceria Técnico-Científica celebrado com a Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Santa Catarina (OAB/SC);
- Convênio Geral de Cooperação Acadêmica, celebrado com a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP; e
- Encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado de proposta para que a EJESC passe a integrar a Rede Governamental de Educação Corporativa de Santa Catarina.

9 DESTAQUES NA ÁREA JUDICIÁRIA

A Secretaria Judiciária participou ativamente da implantação dos novos projetos deste Tribunal, em especial da nova proposta de gestão, focada na integração, cuja concretização se deu com a criação do Conselho de Gestão Estratégica e de Integração, da Comissão Permanente de Gestão Operacional e da Comissão Permanente de Comunicação e Integração.

Entre os projetos desenvolvidos de responsabilidade da Secretaria, destacam-se o de "Padronização de Documentos", o "Programa de Gestão Documental" e a "Implantação do Mural Eletrônico".

9.1 PROJETOS IMPLEMENTADOS/CONCLUÍDOS

- a continuidade ao acompanhamento das Metas do Conselho Nacional de Justiça relativas ao 2º grau de jurisdição, sobressaindo o fato de ter iniciado o ano de 2013 com a Meta 2 já cumprida (julgar pelo menos 90% dos processos distribuídos em 2010);
- o restabelecimento do contato com o Tribunal Regional Federal da 4ª Região no intuito de renovar a parceria que permitiu a extração automática, diretamente da base de dados daquele Tribunal, das certidões criminais necessárias à instrução dos processos de registro de candidatura em todo o Estado;
- disponibilização, na página do Tribunal na internet, do *link* para o serviço de transmissão ao vivo das sessões plenárias pelo canal do Tribunal no *YouTube* (canaltresc), desenvolvido em parceria com a Assessoria de Imprensa do Tribunal, o qual tem sido amplamente utilizado por advogados, partes e pela sociedade catarinense em geral para acompanhar os julgamentos mais relevantes desta Corte;
- implementação do Programa de Gestão Documental, realizado pela



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Coordenadoria de Gestão da Informação, em conjunto com grupo de trabalho específico, que resultou na entrega à Direção-Geral dos seguintes instrumentos de gestão documental: a) Plano de Classificação de Documentos (PCD); b) Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos (TTDD) e anexos; c) Glossário; d) Minuta de Resolução que disciplina o Programa de Gestão Documental na Justiça Eleitoral de Santa Catarina; e e) Minuta de Portaria que dispõe sobre o Plano de Classificação, a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos e demais instrumentos de Gestão Documental.

9.2 DADOS ESTATÍSTICOS

Para fins estatísticos, seguem alguns dados relativos ao exercício, cujo detalhamento consta no relatório da Direção-Geral:

- Processos registrados, autuados e distribuídos: 889;
- Número de sessões judiciais: 93 (até 30.01.2014);
- Número de sessões administrativas: 43 (até 27.01.2014);
- Número de sessões solenes: 3 (até 19.12.2013);
- Número de sessões extraordinárias: 1;
- Decisões colegiadas assinadas: 1.040 acórdãos e 30 resoluções (até 30.01.2014);
- Decisões (colegiadas e monocráticas) proferidas: 1.453;
- Juízo de admissibilidade em recursos especiais: 70 (até 31.01.2014).

9.3 INTEIRO TEOR DE ACÓRDÃOS E RESOLUÇÕES

A Seção de Gerenciamento Eletrônico de Documentos procedeu à gestão eletrônica do inteiro teor dos acórdãos e resoluções; catalogou e classificou as portarias, as ordens de serviço e demais atos normativos de interesse do Tribunal, promovendo a sua indexação e publicação em sistemas corporativos; atualizou as páginas eletrônicas de legislação e jurisprudência eleitorais; fez a gestão do Sistema e-Docs, que possibilita a recuperação de todos os atos normativos do TRESA por meio de pesquisa textual em seu conteúdo, indexando os respectivos conteúdos. O serviço Push de Informações Jurisprudenciais alcançou a marca de 498 assinantes mensais.

10 DESTAQUES NA ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

10.1 INFRAESTRUTURA IMOBILIÁRIA

A Justiça Eleitoral catarinense vem migrando, ano após ano, para instalações independentes, o que se reflete no número de mudanças de endereços de zonas



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

eleitorais, 15 (quinze) apenas durante esta gestão, bem como nos números absolutos, visto que, das 105 (cento e cinco) zonas eleitorais do Estado, 34 estão instaladas em imóveis próprios e 57 (cinquenta e sete) em prédios locados. A esse respeito, cabe salientar as seguintes realizações:

- o início da construção do imóvel destinado a abrigar o Cartório da 66ª Zona Eleitoral, com sede em Pinhalzinho, com conclusão prevista para fevereiro de 2014;
- a conclusão das reformas dos imóveis que atualmente abrigam os Cartórios da 62ª (Imaruí), 70ª (São Carlos) e 83ª (Cunha Porã) Zonas Eleitorais;
- a transferência das 4 Zonas Eleitorais da Capital para imóvel locado, com 800 m² de área, propiciando maior conforto a eleitores, magistrados e servidores;
- a elaboração dos projetos, contratação dos serviços, aquisição de materiais e início da adequação do Anexo II deste Tribunal, que abrigará a Seção de Saúde da Coordenadoria de Pessoal da Secretaria de Gestão de Pessoas, além da Ouvidoria deste Tribunal e da Escola Judiciária Eleitoral.

10.2 GESTÃO DE PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS E CONTRATOS

Nesta gestão foram publicados 177 procedimentos licitatórios, dos quais 173 foram concluídos antes do período de recesso do Judiciário.

Nesta seara, relevante destacar a elaboração do planejamento de contratações para 2014, publicado na intranet deste Tribunal, prática iniciada em 2010 e que constitui instrumento fundamental de aperfeiçoamento da gestão e de manutenção dos indicadores no patamar desejado.

Também merece registro a participação da Secretaria de Administração e Orçamento como piloto na implantação do Procedimento Administrativo Eletrônico – PAE, desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informação, utilizado largamente no segundo semestre e projetado para atingir a totalidade dos procedimentos autuados no âmbito daquela Secretaria já a partir do início de 2014, o que representará importante passo para a Política de Sustentabilidade Ambiental deste Tribunal, na medida em que reduzirá drasticamente o consumo de papel.

10.3 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Merece destaque a continuidade do desenvolvimento de sistema informatizado de gestão orçamentária, que, após sua conclusão, deverá concentrar as informações relativas ao planejamento, programação e execução orçamentária, permitindo a análise detalhada da aderência entre as despesas planejadas e as efetivamente executadas pela Administração.

O referido sistema está sendo desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Informação, já tendo sido concluída a etapa relativa à programação orçamentária.

10.4 EXECUÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

Os recursos orçamentários da conta do Orçamento Geral da União para o exercício de 2013, disponibilizados até 10.12.2013, com suas suplementações, provisões e deduções, atingiram o valor de R\$ 144.041.070,54 (cento e quarenta e quatro milhões, quarenta e um mil, setenta reais e cinquenta e quatro centavos). Por conta desses créditos, foram realizadas, no período de 6.2 a 10.12.2013, despesas no montante de R\$ 112.771.539,00 (cento e doze milhões, setecentos e setenta e um mil, quinhentos e trinta e nove reais), resultando na emissão de 2.582 notas de empenho (NE) e 318 notas de pré-empenho (PE).

Foram recebidas, na ação orçamentária Pleitos Eleitorais, provisões orçamentárias no valor de R\$ 439.768,54 (quatrocentos e trinta e nove mil, setecentos e sessenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos), para custear as despesas com a realização de eleições suplementares, tendo sido utilizado, no período de 6.2 a 10.12.2013, o valor de R\$ 425.784,00 (quatrocentos e vinte e cinco mil, setecentos e oitenta e quatro reais).

Para custear as despesas com o cadastramento biométrico dos eleitores de Santa Catarina foi recebido, na ação orçamentária "Implantação do Sistema de Automação de Identificação do Eleitor – Nacional", o montante de R\$ 101.500,00 (cento e um mil e quinhentos reais). Desse total, foi liquidado, no período de 6.2 a 10.12.2013, o valor de R\$ 44.710,00 (quarenta e quatro mil, setecentos e dez reais).

Os recursos financeiros colocados à disposição da unidade para atender aos pagamentos das despesas programadas foram movimentados através da Conta Única do Tesouro Nacional, de acordo com a legislação vigente, resultando em 6.233 procedimentos de pagamento e, dos documentos registrados no Sistema de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI): 12.319 notas de sistema (NS), 1.164 notas de lançamento (NL), 3.248 documentos de arrecadação financeira (DARF), 10.927 ordens bancárias (OB), 1.444 guias de previdência social (GPS), 519 guias de recolhimento da união (GRU) e 87 notas de programação financeira (PF). As operações ocorridas foram as seguintes: ingressos = saldo do exercício anterior e sub-repasses recebidos; dispêndios = despesas realizadas e saldo existente na unidade gestora.

Também foram diretamente arrecadados recursos financeiros no montante de R\$ 909.340,00 (novecentos e nove mil, trezentos e quarenta reais), referentes às inscrições do Concurso Público n. 1/2013.

10.5 CRÉDITOS ADICIONAIS

Este Tribunal, ainda, solicitou e recebeu suplementação orçamentária para o pagamento de Pessoal Ativo, Inativo e Pensionistas Civis, no valor de R\$ 8.549.536,00 (oito milhões, quinhentos e quarenta e nove mil, quinhentos e trinta e seis reais).



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Também foram recebidas suplementações orçamentárias nas ações orçamentárias de assistência médica e odontológica, no valor de R\$ 37.576,00 (trinta e sete mil, quinhentos e setenta e seis reais), e na ação orçamentária Julgamento de Causas e Gestão Administrativa no Estado de Santa Catarina, Categoria Econômica 3 – Custeios, fonte de recursos 0150, para custear a realização de concurso público, no valor de R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).

Foi, também, suplementada a ação orçamentária Julgamento de Causas e Gestão Administrativa no Estado de Santa Catarina, Categoria Econômica 3 – Custeios, fonte de recursos 0100, no valor de R\$ 1.529.495,00 (um milhão, quinhentos e vinte e nove mil, quatrocentos e noventa e cinco reais). No entanto, para esta suplementação foi cancelado o valor de R\$ 1.470.000,00 (um milhão, quatrocentos e setenta mil reais) na ação orçamentária Julgamento de Causas e Gestão Administrativa no Estado de Santa Catarina, na Categoria Econômica 4 – Investimentos.

10.6. CONTRATAÇÕES E MATERIAIS

No período compreendido entre 6.2 e 10.12.2013 foram autuados 551 procedimentos, tendo sido instauradas 177 licitações – 176 na modalidade Pregão e 1 na modalidade Tomada de Preços. Foram celebrados 110 contratos, 153 termos aditivos, 15 convênios, 1 protocolo de intenções, 1 termo de cessão e 1 termo de compromisso.

Ainda, deu-se continuidade à ampla utilização do sistema de registro de preços, ferramenta que permite, em especial, a racionalização da administração do estoque de materiais. Foram assinadas 156 atas de registros de preços.

10.7 INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS

Dentre as atividades desenvolvidas no ano de 2013 merece destaque a realização de 15 (quinze) mudanças de sede de cartórios eleitorais, conforme especificado a seguir, em ordem cronológica: Braço do Norte (44ª ZE) e Araranguá (01ª ZE), as quais correspondem a saídas de imóveis locados para outros locados; Palhoça (24ª ZE), que mudou do imóvel próprio para o Fórum da Justiça Estadual, em razão de incêndio, e depois retornou ao imóvel próprio; Cartórios Eleitorais da Capital (12ª, 13ª, 100ª e 101ª ZEs), que saíram das instalações de imóvel próprio para locado; Imaruí (62ª ZE), São Carlos (70ª ZE) e Cunha Porã (70ª ZE), que mudaram dos Fóruns para imóveis próprios, reformados por este Tribunal; Turvo (42ª ZE), cuja saída foi do Fórum para imóvel locado; Blumenau (03ª, 88ª e 89ª ZEs), onde os Cartórios saíram de imóvel locado para prédio cedido; Santo Amaro da Imperatriz (67ª ZE), Palmitos (41ª ZE), Orleans (23ª ZE) e Urubici (59ª ZE), que correspondem a saídas de imóveis cedidos pela Justiça Estadual para prédios locados; e, finalmente, Laguna (20ª ZE), cujas instalações mudaram de imóvel próprio para locado.

Assinala-se a conclusão das reformas dos imóveis que atualmente abrigam os Cartórios Eleitorais de Imaruí (62ª ZE), São Carlos (70ª ZE) e Cunha Porã (83ª ZE), iniciadas no exercício de 2012.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Encontra-se em andamento a construção do imóvel destinado a abrigar o Cartório da 66ª Zona Eleitoral, Pinhalzinho, com previsão de encerramento em fevereiro de 2014. Ainda, foi deflagrado o procedimento licitatório para a conclusão da reforma do imóvel que abrigará os Cartórios Eleitorais de Itajaí, a qual começará no exercício vindouro.

Ressalta-se a instalação dos novos elevadores no prédio-sede do TRESA, obra de alta complexidade em razão da necessidade de sua execução em prédio ocupado, bem como a contratação de diversos serviços complementares, tais como o de execução e fiscalização do reforço estrutural da laje de edificação. A previsão do término da instalação do primeiro elevador é para o início do exercício de 2014.

11 DESTAQUES NA ÁREA DE GESTÃO DE PESSOAS

Sobressaem como principais projetos e inovações da Secretaria de Gestão de Pessoas:

- a criação do Canal Direto com a SGP por meio de formulário eletrônico BREVE, no qual o servidor envia sua solicitação de informações, dá sugestões ou descreve algum problema, dentre outras opções. O formulário é enviado diretamente ao titular da Secretaria, que propõe os trâmites necessários ao atendimento da demanda. Desde a sua criação, em outubro de 2013, houve 40 (quarenta) contatos de servidores da sede e zonas eleitorais com a Secretaria de Gestão de Pessoas;
- a adoção da medida de visitas *in loco*, pela Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento, em zonas eleitorais com problemas de relacionamentos interpessoais, visando à conciliação entre os servidores. Como as intervenções obtiveram êxito, esse procedimento passou a ser previsto na Resolução TRESA n. 7.897, de 02.12.2013, que dispõe sobre o controle da disciplina, no âmbito deste Tribunal, no Título III – "Da Conciliação", como competência da Secretaria de Gestão de Pessoas;
- a realização do 1º Encontro dos Servidores Aposentados do TRESA, no qual foi demonstrado o reconhecimento do Tribunal àqueles que tanto contribuíram para o desenvolvimento desta Corte;
- a instituição, pela Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento, do Programa "Compartilhando Saberes", por meio do qual o servidor pode expor trabalho, projeto ou algum talento aos demais servidores, sendo transmitido ao vivo para as zonas eleitorais e para a sede do Tribunal, com possibilidade de comparecimento presencial;
- ações de capacitação, desde que devidamente autorizadas pelo instrutor, passaram a ser gravadas e disponibilizadas na videoteca, possibilitando ao servidor que não compareceu ao evento ter acesso ao seu conteúdo;

A Secretaria de Gestão de Pessoas, por meio da Coordenadoria de Educação e



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Desenvolvimento, teve participação no projeto biometria, tendo como atribuição a definição do corpo de servidores responsável pela coordenação e auxílio às zonas eleitorais com atendimento biométrico. Foi responsável também pela coordenação da capacitação dos servidores do quadro, requisitados e estagiários na matéria, destacando-se a realização de palestra de sensibilização com presença de servidor do TRE/RS.

No decorrer daquele exercício, foram revistos atos normativos internos, com intuito de aprimorá-los, dando destaque à Resolução do Estágio e à Portaria de Licença para Capacitação.

Primou-se, também, pelo trâmite eletrônico de documentos, implantando-se vários formulários eletrônicos, como a solicitação de estágio e dos diversos tipos de benefícios, averbação de certificados, lotação de servidores e comunicação de ausência em evento de capacitação, reduzindo-se, dessa forma, o volume de papel utilizado na Secretaria. Está em fase inicial de implantação o Procedimento Administrativo Eletrônico – PAE no âmbito da SGP.

Ressalta-se os esforços da Coordenadoria de Pessoal, voltados principalmente para os procedimentos necessários à implementação do sistema eletrônico de controle da jornada, oficializado a partir de 02.12.2013, em cumprimento à Resolução TSE n. 23.368, de 13.12.2011, e à Portaria P n. 295, de 25.09.2013, deste Tribunal, tudo com o apoio da Coordenadoria de Soluções Corporativas da Secretaria da Tecnologia da Informação desta Casa.

Importante destacar, também, os procedimentos efetivados para a contratação de Operadoras de Saúde para a modalidade indireta, forma dirigida — plano médico e plano odontológico —, conforme alterações das regras do Programa de Assistência à Saúde, nos termos da Portaria P n. 47, de 1º.02.2013, deste Tribunal.

Outros pontos a serem salientados referem-se à criação do Portal da Saúde, com a concentração e publicação de todas as informações e documentos relacionados à respectiva área, e à manutenção dos Portais “Transparência”, para a publicação na internet das informações exigidas pela Resolução CNJ n. 102/2009, e “Servidores”, onde estão concentradas, de forma clara e concisa, as orientações de cunho funcional.

Dentro de uma abordagem mais estratégica, ainda em 2013, o Programa de Capacitação e Desenvolvimento 2014 teve sua estrutura alterada com o objetivo de melhorar o índice de aderência ao Plano Anual de Capacitação e Desenvolvimento – PACD e o índice de execução do PACD. Destaco que, com esta alteração, o PACD passou a ser construído a partir da definição de Eixos Temáticos, alinhados aos objetivos estratégicos do TRESA, que orientam e delimitam os treinamentos e os ciclos de capacitação dos servidores. Além disso, faz parte deste processo o mapeamento de competências que permitirá a identificação das competências latentes e os *gaps* de competência dos servidores.

Outra alteração estratégica foi proposta no Plano de Desenvolvimento



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Organizacional: a partir de 2014 a capacitação do corpo gerencial do TRESA será voltada inteiramente para as competências necessárias às funções gerenciais e à realidade dos cargos do TRESA. O corpo gestor será dividido em dois grupos: os gestores detentores de CJs e os detentores de FCs – chefes de seção e de cartórios.

Cabe destacar a criação do Banco de Talentos, cujo objetivo foi o de dar oportunidade aos servidores de mostrarem suas habilidades e, a partir daí, fornecer aos gestores uma possibilidade de identificar os interesses dos servidores, além de facilitar o processo de lotação.

Ressalto, também, o planejamento da implantação do modelo de Gestão por Competência. O modelo deve ser implementado por partes, tendo seu início em 2014. Pretende-se que ao final de 2016 todo o ciclo esteja implantado. Busca-se, desta forma, alcançar um nível de excelência durante o processo de construção e, também, na consolidação dos objetivos e dos cenários a serem construídos para assegurar o cumprimento da missão da Justiça Eleitoral.

12 DESTAQUES NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

12.1 GOVERNANÇA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Destaco a revisão do Plano Estratégico de TI (PETI) e a publicação do primeiro Plano Diretor de TI do TRESA (PDTI) para o biênio 2013-2014, materializados na Resolução TRESA n. 7.893, de 21.10.2013.

O PDTI elenca uma série de ações e iniciativas a fim de alcançar os objetivos estratégicos constantes do PETI, em consonância com os planos estratégicos superiores (TRE, TSE, CNJ). Detalha, ainda, aspectos concernentes ao desenvolvimento de soluções tecnológicas, à capacitação de servidores e às aquisições de equipamentos, softwares e serviços para o período.

Em relação à Política de Segurança da Informação (PSI), iniciada em período anterior, destaca-se a sua publicação, por meio da Resolução TRESA n. 7.894, de 21.10.2013. A Comissão responsável pela produção das normativas foi coordenada por servidor da STI. Ainda, nessa esteira, e em atendimento às orientações do TCU, foi instituída a Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais (Portaria DG n. 258, de 14.6.2013).

12.2 ELEIÇÕES, PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA

Destaca-se:

- **Biometria:** realizada implantação do atendimento ordinário com identificação biométrica na Central de Florianópolis. Apoio e suporte à implantação do atendimento biométrico aos eleitores dos municípios da região metropolitana da Capital, com a



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

realização de configuração em equipamentos, resolução de problemas, montagem da infraestrutura e suporte aos usuários e às demais operações necessárias para o bom funcionamento de cartórios eleitorais e Postos de Revisão Biométricos. Destacam-se, também, as atividades relativas à elaboração e aplicação de treinamentos (a distância e presenciais) sobre esta tecnologia.

- **Novas eleições:** coordenação das novas eleições nos Municípios de Campo Erê, Ponte Serrada, Tangará, Balneário Rincão e Criciúma, cujo gerenciamento consistiu na criação de projetos específicos, definição de calendário eleitoral, acompanhamento e execução de atividades relacionadas à preparação da base de eleitores, seções e agregações, envio de urnas e materiais eleitorais, geração de mídias, configuração das urnas, totalização e divulgação em cada município citado. No Município de Balneário Rincão destacou-se a transmissão de dados diretamente dos locais de votação e, em Criciúma, a experiência inédita de envio de dados por celular.
- **Eleições 2014:** sob a coordenação do GAPE, capitaneado pelo Coordenador de Eleições, deu-se início ao planejamento operacional das Eleições Gerais de 2014. Por meio do software de gerenciamento de projetos, foram mapeadas até o momento 1.319 atividades para o projeto integrado das unidades da sede do TRESA e 227 atividades para o projeto das 105 zonas eleitorais. Os cronogramas contemplam os prazos, as relações entre as atividades e as seções responsáveis pela execução.
- **Eleições na comunidade:** realizadas eleições comunitárias para Vereador Mirim de Imbituba e para Diretores das Unidades Educativas do Município de Florianópolis, sendo que nesta última foram utilizadas mais de duzentas urnas, abrangendo um colégio eleitoral de mais de 30 mil eleitores. Ressalta-se que a cessão de urnas só foi retomada após o mês de julho para todo o Brasil, por decisão do TSE.
- **Nova Distribuição das Zonas Eleitorais de Florianópolis:** a pedido da Corregedoria Regional Eleitoral e com a participação dos Cartórios respectivos, elaborou-se proposta de distribuição do eleitorado do Município de Florianópolis, permitindo melhor distribuição da carga de trabalho, em especial no que tange ao eleitorado e logística.
- **Manutenção de urnas eletrônicas:** foram realizadas a limpeza e a manutenção corretiva e preventiva de mais de 18 mil urnas eletrônicas; bem como os procedimentos de 523 novas urnas modelo 2013; compreendendo testes de aceitação fabril, certificação digital e atualização.
- **Testes de sistemas eleitorais:** Técnicos da STI participaram diretamente nos testes em campo planejados e executados pelo TSE, apoiando o desenvolvimento dos sistemas eleitorais, uma vez que integram os Grupos de Testes e de Sistemas de Totalização da Justiça Eleitoral.

12.3 SOLUÇÕES CORPORATIVAS EM TI



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Os seguintes projetos foram desenvolvidos prioritariamente pela Administração, conforme critérios predefinidos nas Diretrizes de Gerência de Portfólio:

- **Transmissão de BU's por celular (Apuração Ágil):** Sistema desenvolvido utilizando tecnologia inédita na Justiça Eleitoral, que permitiu a transmissão dos boletins de urna diretamente em dispositivos móveis (smartphones), conferindo maior celeridade à apuração das eleições. Foi utilizado com sucesso na nova eleição municipal de Criciúma, de modo que o primeiro resultado chegou ao TRESA apenas quatro minutos após o encerramento da votação.
- **Agenda Corporativa/Colaboração:** Adquirida e implantada a ferramenta Zimbra, com intuito de aprimorar a colaboração entre pessoas e equipes. O projeto viabilizou a integração dos serviços de *e-mail*, agenda corporativa e tarefa em uma única solução tecnológica, além de permitir melhor gerenciamento das atividades em curso nas unidades como, por exemplo, nas zonas eleitorais.
- **Processo Administrativo Eletrônico (PAE):** Trata-se de solução nacional desenvolvida conjuntamente com outros TREs, com a gerência do projeto pelo TRESA. Com suporte à assinatura digital, foi desenvolvido sobre plataforma GED (Gerenciamento Eletrônico de Documentos) em conformidade com os princípios da segurança eletrônica, celeridade, transparência e trabalho colaborativo das unidades. Nesta primeira versão já estão tramitando mais de 200 (duzentos) PAEs, evitando a impressão de mais de 5.000 documentos em papel, em consonância com as políticas de sustentabilidade ambiental.
- **Ponto Eletrônico:** Em atendimento à orientação da Administração para implantação do controle biométrico da jornada de trabalho, houve o planejamento e implantação dessa nova sistemática, principalmente no que concerne aos *softwares* e à instalação dos dispositivos de leitura das digitais na sede e em todos os cartórios eleitorais.
- **Processos de Negócio Automatizados:** Foram mapeados e automatizados com formulários eletrônicos, por meio do sistema Breve, 56 novos processos de trabalho, destacando-se: i) Eleições da Comissão Permanente de Comunicação e Integração; ii) Eleições do Conselho de Gestão Estratégica e de Integração; iii) Assinatura Digital do Corregedor; iv) Ouvidoria e Acesso à Informação; v) Diagnóstico das zonas eleitorais; e vi) Canal Direto com a SGP.
- **Outros Sistemas Informatizados:** Foram também desenvolvidos e adaptados, nesta gestão, os seguintes sistemas informatizados: i) Agendamento para Cadastramento Biométrico: *software* que será utilizado nas zonas eleitorais para gerenciamento de filas de atendimento, além de permitir ao eleitor a realização de agendamento prévio a partir da internet; ii) Sistema de Proposta Orçamentária: concluída a segunda etapa do projeto que permite agora o acompanhamento de todas as fases de elaboração, aprovação e consolidação da proposta orçamentária; iii) Sistema de Acompanhamento de Sessões Plenárias: ferramenta que permite aos advogados e partes, a partir da internet, acompanhar a pauta de julgamento e os resultados provenientes das decisões das Sessões Plenárias; iv) Mural Eletrônico: sistema que disponibiliza na internet informações relativas às decisões de primeiro grau e às sentenças monocráticas proferidas pelos



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

juízes substitutos do TRESA; v) Sistema Banco de Talentos: ferramenta que permite aos servidores cadastrarem seus perfis profissionais, auxiliando as unidades a identificar as capacidades disponíveis no quadro de pessoas.

- **Gestão de Conteúdo Internet e Intranet:** No que tange à gestão de conteúdo web, além do suporte operacional, destaca-se a disponibilização das novas páginas na intranet e internet: i) Conselho de Gestão Estratégica e de Integração; ii) Portal e Base de Conhecimento para Eleições Gerais 2014; iii) Biblioteca; iv) Portal Saúde; e v) Catálogo do Almoarifado.
- Elaboração do **Guia de Publicação de Conteúdo no Site TRESA**, documento que baliza e padroniza todas as publicações na internet.
- **Relatórios Gerenciais:** Com o objetivo de apoiar a gestão nas diversas unidades do TRESA, foram elaborados diversos relatórios gerenciais, dentre eles: i) Diagnóstico de zonas eleitorais; ii) Força de trabalho das zonas eleitorais; iii) Espelho de zona eleitoral; e iv) Controle da jornada de trabalho e ponto biométrico.
- **Sistemas Disponibilizados para Outros Tribunais:** Quanto ao intercâmbio de soluções entre Instituições, em resposta a diversas solicitações de outros Regionais foram disponibilizados os seguintes sistemas: i) PAE – Processo Administrativo Eletrônico: parceria com 8 Tribunais; ii) SIM – Sistema de Indicadores e Metas: cedido ao TRE-RO, TRE-PI e TRE-RS; iii) Comunique – Gerenciador de Contatos: cedido ao TRE-RN, TRE-SP e TRT12; e iv) Integra - Integração com o Tribunal de Justiça: cedido ao TRE-BA, TRE-AC, TRE-AM e TRE-MS.

12.4 SUPORTE E INFRAESTRUTURA

No tocante às ações voltadas à modernização e à melhoria da infraestrutura de TI, destacam-se:

- atualização do sistema operacional para Windows 7, incrementando o desempenho dos equipamentos e sistemas utilizados pelos usuários de TI;
- substituição de, aproximadamente, 360 microcomputadores, tendo por objetivo a atualização do parque, disponibilizando equipamentos mais modernos e com garantia;
- aquisição de 63 *tokens* para assinatura digital, permitindo a tramitação de documentos digitais em conformidade com a ICP-Brasil;
- implantação de equipamentos relógios-ponto para todas as unidades, atendendo a determinações do CNJ e do TSE e ampliando os controles sobre entrada e saída dos servidores;
- implantação de novos equipamentos de infraestrutura de rede de comunicação de dados estruturada nas novas sedes de cartórios eleitorais, projeto de adequação da infraestrutura de vários cartórios eleitorais, com a instalação de novos equipamentos, elementos de rede (*racks, switches, path panels*) e de cabeamento estruturado,



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

proporcionando ambiente mais seguro contra falhas.

Foi iniciado importante projeto que impactará sobremaneira na oferta de serviços aos usuários dos cartórios eleitorais. Trata-se da implantação da nova sistemática de Redes Privadas Virtuais (VPNs), utilizando *links* de comunicação de dados que não fazem parte da rede da Justiça Eleitoral catarinense. Com o uso de tal tecnologia, garante-se, sem abrir mão da segurança, o aumento da oferta de serviços a partir de ambientes externos.

15 REGISTROS, EM ATA, DE OUTROS ATOS E OCORRÊNCIAS

15.1 SESSÕES JUDICIAIS

Em 27 de fevereiro, registrei a presença dos formandos da Academia Judicial do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, que – em visita institucional – receberam informações sobre a estrutura e o funcionamento da Justiça Eleitoral Catarinense, ocasião em que lhes desejei boas vindas.

Em 12 de março, levei ao conhecimento da Corte a informação de que foi realizada, naquela data, reunião com os Prefeitos de São João Batista, Major Gercino e Nova Trento, com o objetivo de buscar parceria para implantação do projeto de cadastramento biométrico dos eleitores nos dois últimos Municípios, visto que o primeiro já efetivou esse procedimento de identificação.

Em 19 de junho, o Tribunal aprovou, à unanimidade, o novo modelo de Relatório Estatístico Processual que, além de apontar o total de processos distribuídos, julgados e pendentes de julgamento por relator – nos termos exigidos pelo CNJ –, passará a identificar, dentre os pendentes de julgamento, o número de processos localizados no gabinete e noutras unidades orgânicas. Na oportunidade, destaquei que esse relatório, juntamente com um gráfico de localização dos processos, continuaria a ser distribuído mensalmente aos integrantes do Pleno.

Em 04 de novembro, levei ao conhecimento da Corte que, segundo levantamento realizado naquela data, encontravam-se em tramitação no primeiro grau de jurisdição apenas 5 Ações de Impugnação de Mandato Eletivo e 25 Ações de Investigação Judicial Eleitoral – todas, inclusive, prontas para julgamento –, o que demonstra o comprometimento da Justiça Eleitoral catarinense com o cumprimento da norma legal, que fixa prazo de duração razoável de 1 ano para tramitação dos feitos dessa natureza.

15.2 SESSÕES ADMINISTRATIVAS

Em 18 de fevereiro, apresentei à Corte o servidor Sérgio Manoel Martins – empossado no cargo de Diretor-Geral –, consignando que este ingressou na Justiça Eleitoral catarinense em 1995 e, desde então, passou a desempenhar atribuições em diversas unidades deste Tribunal, notadamente na Corregedoria Regional Eleitoral como



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Coordenador de Supervisão e Orientação do Cadastro Eleitoral, e junto ao Cartório Eleitoral de Palhoça, onde desenvolveu tarefas de relevância na última eleição. Destaquei que o referido servidor reúne as qualidades necessárias para o exercício do cargo de direção, verificando, de pronto, seu empenho na consecução dos novos projetos deste Tribunal e na mobilização dos servidores da sede e das zonas eleitorais.

Em 4 de março, dei ciência à Corte do recebimento de comunicação proveniente do Conselho Nacional de Justiça, que confirma o envio por este Tribunal, de forma completa e tempestiva, dos dados anuais e semestrais do programa *Justiça em Números* e das informações relativas ao acompanhamento mensal das Metas Nacionais 2013. Na mesma sessão, registrei saudações a esta Corte pelo início do cumprimento, ainda que parcial, das Metas 1 e 2 fixadas para o ano de 2013 – que são consideradas especialmente caras ao Poder Judiciário, asseverando que esse registro refletia a excelência dos serviços prestados pela Justiça Eleitoral catarinense e a maneira eficiente como são operados os procedimentos definidos pela Doutora Brigitte Remor de Souza May – Juíza nomeada como Gestora de Metas –, com o apoio das unidades que atuam sob sua orientação no acompanhamento e processamento das informações associadas. Em seguida, registrei, com satisfação, o êxito nas eleições realizadas nos Municípios de Balneário Rincão, Campo Erê, Criciúma e Tangará no último dia 3 de março.

Em 6 de março, ao tempo em que foi aprovada a resolução que instituiu o Conselho de Gestão Estratégica e de Integração da Justiça Eleitoral de Santa Catarina, destaquei que a criação desse Conselho representava um marco importante para a Administração, por se tratar de um projeto definitivo que visa à democratização das decisões administrativas tomadas no âmbito deste Tribunal, na medida em que busca compartilhar as responsabilidades e os louros do êxito do trabalho. Em seguida, agradei ao Diretor-Geral, às Assessorias da Presidência e da Direção-Geral, e aos demais servidores envolvidos, o empenho e o comprometimento com que conduziram os trabalhos para a instituição do Conselho, no que fui acompanhado pelos demais integrantes do Pleno.

Em 15 de abril, o Senhor Corregedor, Desembargador Luiz César Medeiros, comunicou aos membros da Corte que, na reunião dos Corregedores Regionais Eleitorais ocorrida no dia 20 de março de 2013, este Tribunal apresentou proposta de automação do processamento pelos cartórios eleitorais dos requerimentos de justificativa de ausência às urnas apresentados após o dia da eleição, que foi recebida com elogios pelos Juízes-Corregedores presentes, tendo em vista a forma objetiva, eficiente e simples de sua execução. Na oportunidade, Sua Excelência parabenizou os responsáveis pelo projeto – desenvolvido pela Coordenadoria de Supervisão e Orientação do Cadastro Eleitoral, em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação, e apresentado pelos titulares dessas unidades, servidores Giovani Moisés Pacheco e Renato de Ávila Pacheco; e ressaltou que, sua eventual implantação facilitará o procedimento de justificação tanto para o eleitor quanto para a Justiça Eleitoral.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Em 20 de maio, o Tribunal elegeu, à unanimidade, os Juízes Marcelo Ramos Peregrino Ferreira e Hélio do Valle Pereira, respectivamente, para os cargos de Diretor e Vice-Diretor da Escola Judiciária Eleitoral Juiz Irineu João da Silva, nos termos da Resolução TRES n. 7.376/2004, com nova redação dada pela Resolução TRES n. 7.880/2013. Na mesma data, mencionei a realização da primeira reunião do novel Conselho de Gestão Estratégica e de Integração deste Tribunal, no dia 17 de maio de 2013, e registrei a satisfação com a nova forma de administração do Tribunal, em que todos os segmentos são representados e participam das deliberações.

Em 10 de junho, convidei os membros da Corte a participarem, no dia 11 de junho, da solenidade de implantação da Sistemática de Atendimento Biométrico na Central de Atendimento ao Eleitor desta Capital. Na oportunidade, ressaltai que a Resolução TRES n. 7.884 regulamenta os aspectos gerais a serem observados no processo de atendimento biométrico ordinário dos eleitores, por ora implementado na Capital e, oportunamente, nos demais municípios do Estado. Em momento posterior, o Juiz Marcelo Ramos Peregrino Ferreira agradeceu a cessão de uma sala, nas dependências do Tribunal, para Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Santa Catarina, o que representou uma conquista histórica para os advogados que militam na Justiça Eleitoral catarinense.

Em 22 de julho, registrei que o “Ciclo de Debates 2013: Direito Eleitoral e Reforma Política”, realizado pela Escola Judiciária Eleitoral Juiz Irineu João da Silva no período de agosto a outubro de 2013, destaca-se pela excelência dos temas e palestrantes, representando um marco para a Escola. Na oportunidade, parabeneizei o Juiz Marcelo e os demais envolvidos em sua organização pelo trabalho ingente e profícuo.

Em 26 de agosto, a Juíza Bárbara Lebarbenchon Moura Thomaselli, Coordenadora da Comissão Censitária deste Tribunal, pediu a palavra para fazer o lançamento do “Censo do Poder Judiciário”, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com o objetivo traçar o perfil dos servidores e dos magistrados que atuam no Poder Judiciário. Na ocasião, sua Excelência conclamou todos a participarem por meio do preenchimento do questionário eletrônico disponível na página do CNJ, agradecendo a dedicação dos servidores que compõem a comissão censitária, bem como o apoio do Juiz Ouvidor Marcelo Ramos Peregrino Ferreira, que colocou a equipe da Ouvidoria Eleitoral à disposição da Comissão. Reconhecendo a importância do trabalho, agradei o empenho da Juíza Bárbara na coordenação das atividades de mobilização interna e de acompanhamento da execução do Censo no âmbito deste Tribunal.

Em 2 de setembro, após consignar a preocupação em atender aos ditames constitucionais e legais no que se refere à razoável duração dos processos eleitorais em Santa Catarina – especialmente em relação à tramitação de feitos que envolvem cassação de candidatos eleitos em 2012 –, o Desembargador Luiz César Medeiros, que presidia a Seção naquela data, mencionou que este Tribunal possui um rigoroso controle do andamento processual no primeiro e segundo grau de jurisdição, ocasião em que disponibilizou aos integrantes do Pleno relatório detalhando os processos em tramitação



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

que contém pedido de cassação, por relator, e gráficos estatísticos preliminares. A seguir, Sua Excelência pediu a compreensão dos Juízes para priorizar a tramitação dos referidos processos, tendo em vista o disposto no art. 97-A da Lei n. 9.504/97, registrando que formalizaria esse pedido por meio de ofício endereçado a cada um dos integrantes da Corte. Na sequência, ressaltou que a Corregedoria Regional Eleitoral também tem empreendido esforços no sentido de cobrar dos Juízes e Promotores Eleitorais prioridade na tramitação dos processos pendentes de julgamento em primeiro grau que envolvem cassação de candidatos eleitos em 2012. Ao final da sessão, a Juíza Bárbara Lebarbenchon Moura Thomaselli, Coordenadora da Comissão Censitária deste Tribunal, agradeceu a expressiva participação dos servidores do Tribunal no "Censo do Poder Judiciário" – a qual, já na primeira semana de pesquisa, alcançou 41% do quadro funcional ativo.

Em 25 de novembro, o Tribunal, considerando os critérios de antiguidade e de paridade da composição do colegiado, designou os Juízes Bárbara Lebarbenchon Moura Thomaselli, Marcelo Krás Borges e Paulo Marcos de Farias para atuarem perante esta Corte como Juízes Auxiliares nas Eleições de 2014.

Em 2 de dezembro, após mencionar a participação do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina nas eleições para o cargo de diretores das unidades educacionais de Florianópolis, ocorrida em 30 de novembro último – em parceria com a Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Florianópolis –, agradeço o apoio dos servidores do Tribunal no suporte técnico ao evento, com a cessão das urnas e dos *softwares*, e com orientação e treinamento dos envolvidos, viabilizando a eleição eletrônica. Na ocasião, destaquei o número de eleitores participantes naquela eleição, traçando um paralelo com os serviços eleitorais do Tribunal, ressaltando o alto grau de especificidade e complexidade daquele pleito comunitário. Na ocasião, registrei que a Justiça Eleitoral catarinense mais uma vez demonstrou sua credibilidade ao colaborar para a construção da cidadania na comunidade local.

16 PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS OFICIAIS

Compareci:

- em 27 de fevereiro de 2013, à Academia Judicial do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, onde participei de encontro realizado com candidatos à penúltima fase do Concurso de Formação para o Ingresso na Carreira da Magistratura;
- em 1^o de março de 2013, a 79^a Zona Eleitoral/Içara e a 10^a Zona Eleitoral/Criciúma para, juntamente com o Corregedor Regional Eleitoral, Desembargador Luiz César Medeiros, acompanhar os últimos preparativos para a realização das novas eleições nos Municípios de Balneário Rincão e Criciúma;
- em 08 de março de 2013, à reunião de apresentação do Conselho de Gestão deste Tribunal, realizada na Sala de Múltiplo Uso desta Casa;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- em 12 de março de 2013, ao Fórum Judicial de São João Batista, a fim de participar da reunião sobre o cadastramento biométrico com os Prefeitos de São João Batista, Nova Trento e Major Gercino;
- em 11 e 12 de abril de 2013, ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, onde se realizou o 59º Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais;
- em 08 de maio de 2013, à posse dos novos Juízes Efetivos, Dr. Hélio do Valle Pereira e Dr. Carlos Gomes da Rosa Góes;
- em 15 de maio de 2013, ao Evento do Tribunal de Contas da União "Governança Pessoal: Aperfeiçoando o Desempenho da Administração Pública", realizado no Tribunal Superior Eleitoral;
- em 17 de maio de 2013, à posse e reunião inaugural do Conselho de Gestão Estratégica e de Integração do TRESA - CGEI, realizada neste Tribunal;
- em 22 de maio de 2013, à reunião com representantes do partido em formação, Rede Sustentabilidade, ocorrida no Gabinete da Presidência desta Casa;
- em 07 de junho de 2013, à reunião com o Dr. Tullo Cavallazzi Filho, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Santa Catarina, na sede daquela Instituição, e, posteriormente, a 2ª reunião do Conselho de Gestão Estratégica e Integração do TRESA - CGEI, ocorrida na sede deste Tribunal;
- em 11 de junho de 2013, à solenidade de oficialização do Sistema Biométrico na Capital, ocorrida na Central de Atendimento ao Eleitor;
- em 20 de junho de 2013, à reunião dos Presidentes dos Tribunais com representantes da equipe do Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para início do projeto-piloto do Censo Nacional do Judiciário, realizada no Tribunal de Justiça de Santa Catarina;
- em 24 de junho de 2013, ao 60º Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais, realizado no Tribunal Superior Eleitoral;
- em 02 de julho de 2013, à reunião com a Ministra Cármen Lúcia, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral;
- em 03 de julho de 2013, recebi a visita do Desembargador Henrique Nelson Calandra, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros;
- em 05 de julho de 2013, a 3ª reunião do Conselho de Gestão Estratégica e de Integração do TRESA - CGEI;
- em 24 de julho de 2013, à solenidade de assinatura do Termo de Cessão da sala da Ordem dos Advogados do Brasil, na sede deste Tribunal;
- em 29 de julho de 2013, à reunião sobre cadastramento biométrico com Prefeitos e Juízes Eleitorais dos Municípios de Águas Mornas, Angelina, Anitápolis, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz e São Bonifácio;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- em 30 de julho de 2013, à reunião sobre cadastramento biométrico com Prefeitos e Juízes Eleitorais dos Municípios de Antônio Carlos, Biguaçu, Governador Celso Ramos, São José, São Pedro de Alcântara, Palhoça e Paulo Lopes;
- em 02 de agosto de 2013, ao Fórum e aos Cartórios da Zonas Eleitorais 35ª e 94ª de Chapecó;
- em 03 de agosto de 2013, ao Cartório da 63ª Zona Eleitoral, em razão das novas eleições para Prefeito e Vice-Prefeito do Município de Ponte Serrada em 04.08.2013;
- em 05 de agosto de 2013, ao almoço com o Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, Desembargador Henrique Nelson Calandra, para tratar dos preparativos para o V ENAJE;
- em 09 de agosto de 2013, ao II Encontro Nacional dos Juízes de Cooperação, realizado no Tribunal de Justiça de São Paulo;
- em 22 e 23 de agosto de 2013, ao 9º Fórum Brasileiro de Controle da Administração Pública com o tema "Novos caminhos do Controle para uma Gestão Pública Eficaz, aos 25 da Constituição brasileira", ocorrido no Auditório da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro;
- em 30 de agosto de 2013, a 4ª reunião do Conselho de Gestão Estratégica e de Integração do TRES - CGEI;
- em 5 de setembro de 2013, ao 3º Módulo do Ciclo de Debates 2013 promovido pela EJESC, tema: "Pressupostos de Elegibilidade e Inelegibilidade", realizado no Auditório do Tribunal de Contas do Estado;
- em 10 de setembro de 2013, à cidade de Brasília, a fim de participar da reunião extraordinária do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais e, posteriormente, da reunião da Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB, ambas a respeito da Proposta de Emenda Constitucional n. 31;
- em 20 de setembro de 2013, à reunião com o Secretário de Educação, Professor Rodolfo Pinto da Luz, sobre a Eleição de Diretores das Escolas Municipais e divulgação da Semana do Alistamento Jovem;
- em 30 de setembro de 2013, à posse do Magistrado Fernando Vieira Luiz no cargo de Juiz substituto, categoria Juiz de Direito;
- em 04 de outubro de 2013, a 5ª reunião do Conselho de Gestão Estratégica e de Integração;
- em 15 e 16 de outubro de 2013, ao seminário "A administração da Justiça e a garantia de direitos: diálogos sobre a eficiência na gestão do Poder Judiciário: Lançamento do Relatório Justiça em Números" promovido pelo Conselho Nacional de Justiça, realizado no Auditório do Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília/DF;
- em 17 de outubro de 2013, à reunião com Diretores da RBS TV/SC, Ministro Paulo Gallotti e Diretor-Geral Mário Neves;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- em 24 a 27 de outubro de 2013, ao V ENAJE - Encontro Nacional de Juízes Estaduais promovido pela AMB, em Florianópolis;
- em 08 de novembro de 2013, à reunião dos Presidentes do Tribunais Regionais Eleitorais, ocorrida em Belo Horizonte/MG, com a presença da Ministra Cármen Lúcia;
- em 11 de novembro de 2013, a 6ª Reunião do Conselho de Gestão Estratégica e de Integração;
- em 12 de novembro de 2013, à reunião de Gestores de 1º Grau da Justiça Eleitoral - Região Criciúma, realizada no Salão do Júri da Comarca de Criciúma;
- em 13 de novembro de 2013, à reunião de Gestores de 1º Grau da Justiça Eleitoral - Região Florianópolis, ocorrida na sede deste Tribunal;
- em 18 e 19 de novembro de 2013, ao VII Encontro Nacional do Poder Judiciário, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça, na cidade de Belém/PA;
- em 22 de novembro de 2013, à reunião de Gestores de 1º Grau da Justiça Eleitoral - Região Joinville, no Salão do Júri da Comarca de Joinville;
- em 25 de novembro de 2013, à solenidade de entrega de prêmios aos vencedores do II Concurso de Redação e do I Concurso Cultural Fotográfico, promovidos pela Escola Judiciária Eleitoral de Santa Catarina, na sala de sessões deste Tribunal;
- em 28 de novembro de 2013, à reunião de Gestores de 1º Grau da Justiça Eleitoral - Região Concórdia, no Salão do Júri da Comarca de Concórdia;
- em 29 de novembro de 2013, à Reunião de Gestores de 1º Grau da Justiça Eleitoral - Região Chapecó; no Salão do Júri da Comarca de Chapecó;
- em 03 de dezembro de 2013, à visita à Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, Desembargadora Gisele Alexandrino, ocorrida na sede daquele sodalício;
- em 06 de dezembro de 2013, a 7ª reunião do Conselho de Gestão Estratégica e de Integração; posteriormente, fiz-me presente na Sessão Solene de Posse da Presidência do Tribunal Regional do Trabalho - 12ª Região;
- em 09 de dezembro de 2013, à reunião com o futuro Presidente da AJUFESC - Associação do Juízes Federais de Santa Catarina, Nelson Gustavo Mesquita Ribeiro Alves. Posteriormente, participei de reunião com a diretoria do SINTRAJUSC e da ASTRESC;
- em 13 de dezembro de 2013, à reunião com a Sra. Zuleika Lenzi, Presidente do Instituto Catarinense de Estudos Sociais, Políticos e Econômicos (ICESPE);
- em 18 de dezembro de 2013, à Central de Atendimento ao Eleitor da Capital, para Assinatura do Termo do Convênio entre o TRESC e a Prefeitura Municipal de Florianópolis para cessão de servidores que trabalharão na biometria;
- em 19 de dezembro de 2013, à sessão solene de posse dos Desembargadores Vanderlei Romer e Sérgio Roberto Baasch Luz;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- em 23 de janeiro de 2014, à reunião com o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho – 12ª Região, Desembargador Edson Mendes de Oliveira;
- em 31 de janeiro de 2014, a 8ª Reunião do Conselho de Gestão Estratégica e de Integração.